



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_24_Novembro_2020

1. Algarve - 70% do comércio pode fechar, Correio da Manhã, 24/11/2020	1
2. António Saraiva - sem confiança, Correio da Manhã, 24/11/2020	2
3. Falta de condições impõe internamento, Correio da Manhã, 24/11/2020	3
4. A sua opinião - Governo: Costa e o estado de emergência, Correio da Manhã, 24/11/2020	5
5. Eventos culturais entre as proibições, Correio da Manhã, 24/11/2020	6
6. Empresas vão produzir nas vésperas de feriado, Correio da Manhã, 24/11/2020	7
7. AEP. Novas medidas "esquecem economia", i, 24/11/2020	10
8. PS estende salário a 100% a quem estiver em lay-off, Jornal de Notícias, 24/11/2020	11
9. Validade dos atestados médicos prorrogada até ao final de 2021, Jornal de Notícias, 24/11/2020	12
10. Dona da Meo avança com ações contra Anacom no processo 5G, Jornal de Notícias, 24/11/2020	13
11. Confinamento aliviado nos dias anteriores aos feriados, Jornal de Notícias, 24/11/2020	14
12. Médicos pedem para limites à circulação durarem mais tempo, Jornal de Notícias, 24/11/2020	16
13. Não confina a democracia, Jornal de Notícias, 24/11/2020	17
14. Esquerda junta-se à Direita e dificulta contas a Costa, Jornal de Notícias, 24/11/2020	18
15. Governo retira eventos culturais das exceções, Jornal de Notícias, 24/11/2020	20
16. Estado ajudou 1.200 famílias a voltar a Portugal, Negócios, 24/11/2020	21
17. Governo isenta 2,3 milhões do recolher obrigatório ao fim de semana, Negócios, 24/11/2020	22
18. A cor do dinheiro, Negócios, 24/11/2020	23
19. A Mão Visível, Negócios, 24/11/2020	25
20. Covid-19 - Prémio na Saúde é só para quem trabalhou na primeira vaga, Público, 24/11/2020	27
21. Governo baixa em 80% taxas de frequências para o 5G, Público, 24/11/2020	33
22. Mais apoios - Recibos verdes vão poder pagar IVA a prestações, Público, 24/11/2020	34
23. O reino da confusão jurídica de emergência, Público, 24/11/2020	37
24. O PS e o congresso do PCP, Público, 24/11/2020	38
25. Editorial - O populismo paira sobre a presidência portuguesa, Público, 24/11/2020	39
26. Orçamento do Estado - Garantido layoff a 100% para todos, Correio da Manhã, 24/11/2020	40
27. CUF - Sindicato acusa grupo, Correio da Manhã, 24/11/2020	43

28. Aumento de infetados suspende cirurgias, Correio da Manhã, 24/11/2020	44
29. Correio da Educação, Correio da Manhã, 24/11/2020	46
30. Ministra garante que situação está "controlada" nas prisões, i, 24/11/2020	47
31. Sindicato questiona sobrecarga de trabalho, i, 24/11/2020	49
32. Exame Prévio, i, 24/11/2020	51
33. AMP garante que novo concurso protege motoristas do Grande Porto, Jornal de Notícias, 24/11/2020	52
34. Emprego - Incentivos no Interior atraem cinco candidatos por dia, Jornal de Notícias, 24/11/2020	53
35. Feira - Fábrica vai produzir calçado para a Louis Vuitton, Jornal de Notícias, 24/11/2020	55
36. Manifestação no Porto pelo SNS, Jornal de Notícias, 24/11/2020	57
37. Todos os trabalhadores em lay-off serão pagos a 100%, Negócios, 24/11/2020	58
38. Governo promete discutir matérias laborais sem "posição fechada", Negócios, 24/11/2020	60
39. Teletrabalho deixa ACT sem capacidade para outros problemas, Público, 24/11/2020	61
40. PS e PCP mais perto no layoff mas continuam a negociar o OE, Público, 24/11/2020	62

**ALGARVE | 70% DO COMÉRCIO PODE FECHAR**

Um inquérito realizado pela Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve revela que 70% dos empresários equacionam o encerramento parcial ou total da atividade, por não acreditarem na recuperação nos próximos meses. A associação pede ao Governo medidas "para salvar o que resta das empresas e dos empregos".



ANTÓNIO SARAIVA | **SEM CONFIANÇA**

O presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) avisa que as empresas "não podem estar sempre a ligar e desligar" e alertou para a crescente "falta de confiança" nos dados do Governo. "O que condiciona a adesão às medidas", lamentou ao **CM**.



MÉDICOS DE FAMÍLIA

Falta de condições impõe internamento

HABITAÇÃO ⬢ Doente necessita de uma divisão da casa onde permanece sozinho por um período mínimo de dez dias **SOLIDÃO** ⬢ Especialista destaca processo terrível em quarto com porta fechada

JOÃO SARAMAGO

As “casas sem condições para que os doentes com Covid-19 possam realizar o isolamento obrigam a que o paciente seja encaminhado para o internamento hospitalar”, avançou o presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, Rui Nogueira. Uma decisão que implica a avaliação de um conjunto de critérios, sendo determinante “existir uma divisão da casa para ser utilizada em exclusivo pelo doente”.

O dirigente reconhece que, para a maioria das famílias, o cumprimento do isolamento para evitar contágios representa um desafio difícil, e recorda que “o doente tem de permanecer no quarto sempre com a porta fechada. E só pode ir à janela e falar com os vizinhos se não viver num rés do chão”.

“Para muitos é terrível ver o passar das horas sem nada para fazer tendo apenas a companhia da rádio, televisão ou jornais.” Rui Nogueira lembra que o doente tem de permanecer dez dias em isolamento. No final desse período, se não apresentar sintomas pode, então, ter alta.

Perante o risco elevado de contágio, destaca que as “refeições são deixadas do lado de fora da

porta do quarto num tabuleiro. E, posteriormente, na recolha dos objetos, estes têm de ser lavados com lixívia”. Rui Nogueira refere que 96% conseguem superar o vírus sem sair de casa, mas a probabilidade de contágios na habitação é enorme, an-

RISCO DE CONTÁGIO ENTRE MEMBROS DA MESMA FAMÍLIA É ENORME

tes de ser detetado o primeiro caso na família.

Também a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas, sublinhou ontem a importância de um conjunto de 13 regras para cumprir o isolamento sem transmissão

do vírus aos familiares. Graça Freitas destacou que, por regras, “os cidadãos têm contribuído para que a pandemia não seja ainda mais descontrolada ou maior e essa é uma coisa muito positiva”. “Temos de continuar a nossa vida”, disse. ●

CONSELHOS DA DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE
REGRAS PARA DOENTES EM ISOLAMENTO DOMICILIÁRIO

- 1. NÃO RECEBA VISITAS**
- 2. LAVAR AS MÃOS COM REGULARIDADE**
- 3. MEDIR A TEMPERATURA COM FREQUÊNCIA**
- 4. NÃO PARTILHE OBJETOS COMO PRATOS, TOALHAS OU COPOS**
- 5. MANTENHA OS MESMOS HORÁRIOS PARA AS REFEIÇÕES E PARA DORMIR**
- 6. COLOCAR OS RESÍDUOS NUM SACO. FECHAR NUM OUTRO SACO E DEITAR NOS LIXOS ORGÂNICOS**
- 7. PERMANECER ISOLADO NUMA DIVISÃO DA CASA**
- 8. ABRIR A JANELA PARA A CASA FICAR AREJADA**
- 9. REALIZE UMA ATIVIDADE FÍSICA NA DIVISÃO DA CASA**
- 10. SEMPRE QUE POSSÍVEL UTILIZAR EM EXCLUSIVO A CASA DE BANHO**
- 11. UTILIZE AO MÍNIMO AS OUTRAS DIVISÕES DA CASA, SEMPRE COM MÁSCARA**
- 12. CONTACTE POR TELEFONE OU COMPUTADOR COM FAMILIARES E AMIGOS**
- 13. PERANTE QUALQUER DÚVIDA LIGUE PARA A LINHA DE SAÚDE 808 24 24 24**



Validade de atestados de incapacidade é prorrogada, feito requerimento

Validade prolongada para atestados de incapacidade

❑ O Governo decidiu prorrogar até ao dia 31 de dezembro de 2021 a validade dos Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso. Esta prorrogação abrange os atestados cuja validade tenha terminado em 2019 ou 2020, desde que acompanhados de comprovativo de requerimento de avaliação de incapacidade para a correspondente reavaliação. ●

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA
TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS
SANTA CASA
#Ganhamostodos
JOGOS.SANTACASA.PT

TERÇA-FEIRA 24/11/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

ORÇAMENTO DO ESTADO

**GARANTIDO
LAYOFF
A 100%
PARA TODOS**

P.4 E5

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTAVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS. ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

VIGILANTE SEQUESTRADO

**DUPLA LEVA
DINHEIRO
E COFRE
DO ACP**

P.16

MÉDICO CARDIOLOGISTA CONDENADO À CADEIA POR RECEITAS FALSAS

SNS ALVO DE BURLA | **PENA SUSPensa PARA MAIS 4 CLÍNICOS. FARMACÉUTICA TAMBÉM VAI PRESA** P.22

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.6 A 15

PRIVADOS RECUSAM TOLERÂNCIA DE PONTO

APELO DE COSTA NA GAVETA. EMPRESAS SEM CAPACIDADE PARA AGUENTAR PARAGENS

TESTES À COVID-19 ESQUECEM FAMÍLIAS

**SONDAGEM REVELA
QUE MAIORIA CONCORDA
COM AS RESTRIÇÕES**

**LEI QUE DÁ LUZ VERDE
AO PCP IMPEDE REUNIÃO
DOS ADVOGADOS**

**CASAS SEM CONDIÇÕES
OBRIGAM A INTERNAR
DOENTES**

**VACINA QUE VEM
PARA PORTUGAL
TEM 70% DE EFICÁCIA**

VIDAS P.41 A 45

**UNIDOS
ANDREIA
ORGULHOSA**

"Parabéns,
meu amor"

**DECOTE
SEXY
DE AUREA
ARRASA
EM GALA**

CM REVELA DECISÃO DA ERC P.40

**Regulador trava
Mário Ferreira na TVI**

ATROPELAMENTOS P.20

**Um quinto dos peões
mortos tinha álcool**

**A PRECISÃO DO CORTE
EM CADA PRATO.**

CONJUNTO DE 10 AÇAFRÃO ANTESINHA

Faca de Legumes 13 cm

1ª Entrega
6ª feira, dia 27

Preço de lançamento
3,95€ + jornal

SACAVENENSE 1 | 7 SPORTING
P.33

LEÃO QUER JAMOR
EQUIPA DE AMORIM CONTINUA A BRILHAR

CONTAS P.34

Benfica

**LUCAS
VERÍSSIMO
SÓ VEM
POR
EMPRESTIMO**

**Precisa de
dinheiro?**

Conheça a venda
sem opção de compra!
Pode vender a teu custo
e voltar a comprá-lo,
pagando apenas
24 vezes
prestações.

VOC 24

Valores
especializem-se em OVO

808 256 737
WWW.VALORES.PT



GOVERNO

**COSTA E O ESTADO
DE EMERGÊNCIA**

A Lei de Bases da Saúde teve um parto difícil, acabando por ser aprovada no Parlamento pelo PS. O governo, através da ministra da Saúde, acertou preços obscenos com a medicina privada por cada doente covid-19, que pode orçar até 8 431 €! É um atentado contra o orçamento do heroico SNS. (...)

VÍTOR SANTOS SÃO JOÃO LAMPAS



LUS VIEIRA

Eventos não justificam viagens

Eventos culturais entre as proibições

■ O Governo retificou o decreto que regulamenta o estado de emergência para retirar as deslocações a eventos ou equipamentos culturais da lista de exceções à proibição de circulação nos períodos de recolher obrigatório ao fim de semana e feriados. Agora não será possível aceder a eventos e equipamentos culturais. ●

PRIMEIRO-MINISTRO APELOU À DISPENSA

Empresas vão produzir nas vésperas de feriado

REAÇÃO ♦ Indústria diz não ter capacidade para aguentar nova paragem e comprometer as poucas encomendas existentes



Associações empresariais insistem que os casos de contágio nos locais de trabalho são diminutos. Primeiro-ministro queria travar deslocações nos feriados

WILSON LEDO

A maioria das empresas vai manter-se a laborar nas vésperas de feriado, contrariando o apelo à paragem feito pelo primeiro-ministro. Também o fecho das escolas a 30 de novembro e 7 de dezembro está a perturbar a organização do trabalho. O cenário é traçado ao CM por associações e confederações empresariais.

“Apelo a todas as atividades laborais do setor privado que suspendam a sua laboração”, disse António Costa no sábado, após anunciar a tolerância de ponto no Estado. “É como pedir

a alguém a afogar-se que deixe a cabeça debaixo de água mais uns minutos”, compara Mário Jorge Machado, da Associação Têxtil de Portugal. A decisão de parar será feita caso a caso.

DECISÃO SERÁ TOMADA CASO A CASO, EM FUNÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Mas, com as quebras dos últimos meses, as empresas avisam que não se podem dar a esse luxo. “Antes, até havia quem desse estes dias. Este ano não será possível porque já tivemos outras paragens força-

das”, explica César Araújo, da ANIVEC, que representa a indústria do vestuário.

Com as encomendas feitas em cima da hora e perturbações na linha de produção – como as ausências por suspeitas ou infeção por Covid-19 – é preciso compensar o tempo perdido. “Nunca conseguimos ter linhas de produção a trabalhar em plenitude”, explica Vítor Poças, da AIMMP, que representa a indústria da madeira e do mobiliário.

Já na indústria agroalimentar, parar é “impensável”. “A medida não é proporcional ao que

se pretende alcançar”, traça Pedro Queiroz, diretor-geral da FIPA. As empresas alegam ainda que o pedido do Governo não veio a tempo para alterar a cadeia logística. “Não é com uma

FECHO DE ESCOLAS LEVOU A MUITOS PEDIDOS PARA DISPENSAS ÀS SEGUNDAS

semana de antecedência que se organiza”, diz Rafael Campos Pereira da AIMMAP, associação do setor metalúrgico.

Com as escolas fechadas, as associações empresariais dizem haver muitos trabalhadores a

PORMENORES

Recolher cumprido

No passado sábado, 70% dos portugueses estavam em casa às 13h00, quando entrava em vigor o recolher obrigatório. Mais de metade nem saiu de casa nesse dia, mostram dados da consultora PSE.

Saídas pequenas

No domingo, o confinamento foi mais acentuado. Às 13h00, 78% já estavam em casa. A ida às compras foi o principal motivo para sair de casa, com os portugueses a deslocarem-se sobretudo perto de casa, até 20 quilómetros.

Tratar do automóvel

Antevendo situações urgentes, as oficinas e concessionários vão abrir nas vésperas de feriado. “Temos de adequar, com bom senso, não respondendo na Inteira ao pedido do Governo”, explica Alexandre Ferreira, presidente da ANECRA.

pedir dispensa à segunda, substituindo esse dia pelo feriado, para poderem alternar os dias em casa com o cônjuge a cuidar dos filhos. Uma das soluções encontradas tem sido dar dias de férias em atraso.

Com o comércio a fechar às 15h00, nestes dias, nos concelhos de maior risco, a confederação do setor, a CCP, admite que os empresários tentarão encaixar o máximo possível. “A tendência é estar de porta aberta de manhã. A situação já está tão complicada que dificilmente abdicarão dessas receitas”, traça João Vieira Lopes. ♦



Recolher ao fim de semana dá quebras de 75% no comércio

❑ O retalho e a restauração registaram perdas de 75% no último fim de semana, o segundo com recolher obrigatório. A Associação de Marcas de Retalho e Restauração lembra agora que o comércio, "sem Natal, entra em colapso" e avisa para o risco de aglomerações face aos horários mais reduzidos. ●



Segundo fim de semana de horários reduzidos trouxe mais prejuízos

TAP a voar a 30% vai reforçar para Natal e Ano Novo

❑ A TAP prevê operar cerca de 30% da capacidade da empresa em novembro e dezembro, reforçando as rotas com maior procura no Natal e Ano Novo. Contudo, segundo uma nota do presidente da companhia aos trabalhadores, a operação fica "muito aquém" da anterior à pandemia. ●



Acréscimo de voos continua "muito aquém" da operação normal

Hotéis têm aval para serem escritórios

❑ Os hotéis já estão autorizados a serem usados, de forma temporária, como escritórios, espaços de ensino ou centros de dia. A alteração procura responder à falta de clientes no setor devido à pandemia. ●



Falta de turistas dita mudança

Autocarros apoiam comboios em Lisboa

❑ Cerca de 70 autocarros turísticos vão reforçar, a partir de amanhã, o transporte ferroviário na área metropolitana de Lisboa, evitando aglomerações nos comboios. O reforço terá lugar durante dois meses. ●

Idosos batem jovens no poder de compra

❑ Os casais de meia idade e os idosos são os que maior poder de compra têm em Portugal. No outro extremo estão jovens adultos e os trabalhadores solteiros, mostra o estudo 'Echancier Access Panel'. ●

IVA MENSAL NÃO VAI PODER SER ADIADO

❑ As empresas que estejam enquadradas no regime do IVA mensal, que normalmente faturam mais de 650 mil euros por ano, não vão poder adiar o pagamento desta obrigação ao Estado. ●

IVA E SEGURANÇA SOCIAL EM 3 OU 6 PRESTAÇÕES

❑ As empresas no regime de IVA trimestral vão poder adiar o pagamento do imposto relativo a novembro e dezembro e pagá-lo em três ou seis prestações. O mesmo acontece com a Segurança Social. ●

SOLUÇÃO PARA RENDAS E APOIO A RESTAURANTES

❑ O Governo prometeu para esta semana uma solução para as rendas comerciais. Já o apoio extra aos restaurantes nos concelhos com recolher obrigatório aos fins de semana vai manter-se. ●

POSTOS DE TURISMO AJUDAM EMPRESÁRIOS

❑ Sem turistas para receber, os funcionários dos postos de turismo do Algarve estão agora a informar os empresários do setor sobre as novidades na linha de apoio à tesouraria para microempresas. ●

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA
TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS
SANTACASA
#Ganhamestodos
JOGOSANTACASA.PT

TERÇA-FEIRA 24/11/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

ORÇAMENTO DO ESTADO

**GARANTIDO
LAYOFF
A 100%
PARA TODOS**

P.4 E5

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTAVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS. ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

VIGILANTE SEQUESTRADO

**DUPLA LEVA
DINHEIRO
E COFRE
DO ACP**

P.16

MÉDICO CARDIOLOGISTA CONDENADO À CADEIA POR RECEITAS FALSAS

SNS ALVO DE BURLA | **PENA SUSPensa PARA MAIS 4 CLÍNICOS. FARMACÉUTICA TAMBÉM VAI PRESA** P.22

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.6 A 15

PRIVADOS RECUSAM TOLERÂNCIA DE PONTO

APELO DE COSTA NA GAVETA. EMPRESAS SEM CAPACIDADE PARA AGUENTAR PARAGENS

TESTES À COVID-19 ESQUECEM FAMÍLIAS

**SONDAGEM REVELA
QUE MAIORIA CONCORDA
COM AS RESTRIÇÕES**

**LEI QUE DÁ LUZ VERDE
AO PCP IMPEDE REUNIÃO
DOS ADVOGADOS**

**CASAS SEM CONDIÇÕES
OBRIGAM A INTERNAR
DOENTES**

**VACINA QUE VEM
PARA PORTUGAL
TEM 70% DE EFICÁCIA**

VIDAS P.41 A 45

**UNIDOS
ANDREIA
ORGULHOSA**

"Parabéns,
meu amor"

**DECOTE
SEXY
DE AUREA
ARRASA
EM GALA**

CM REVELA DECISÃO DA ERC P.40

**Regulador trava
Mário Ferreira na TVI**

ATROPELAMENTOS P.20

**Um quinto dos peões
mortos tinha álcool**

**A PRECISÃO DO CORTE
EM CADA PRATO.**

CONJUNTO DE 100% AÇO INOX

Faca de Legumes 13 cm

1ª Entrega
6ª feira, dia 27

Preço de lançamento
3,95€ + jornal

SACAVERNENSE 1 | 7 SPORTING
P.33

LEÃO QUER JAMOR
EQUIPA DE AMORIM CONTINUA A BRILHAR

CONTAS P.34

Benfica

**LUCAS
VERÍSSIMO
SÓ VEM
POR
EMPRESTIMO**

**Precisa de
dinheiro?**

Conheça a venda
com opção de compra
Pode vender a teu custo
e voltar a comprá-lo,
pagando apenas
24 pequenas
prestações.

VOC 24

Valores
especialistas em OUSO

808 256 737
WWW.VALORES.PT



24-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 32

Cores: Cor

Área: 5,73 x 5,75 cm²

Corte: 1 de 1



AEP. Novas medidas “esquecem economia”

PORTUGAL As novas medidas de confinamento anunciadas pelo Governo “deviam centrar-se no indispensável equilíbrio entre as preocupações de saúde pública e o desejável funcionamento da economia e o conseqüente impacto social”. A sugestão é da Associação Empresarial de Portugal (AEP), que diz que as medidas de saúde pública “devem ser acompanhadas com medidas muito mais robustas e assertivas”.



PS estende salário a 100% a quem estiver em lay-off

Medida entra em vigor no próximo ano caso a proposta socialista seja aprovada quinta-feira

Paulo Ribeiro Pinto*
paulo.pinto@dinheirovivo.pt

VOTAÇÕES O PS propõe que o salário dos trabalhadores abrangidos pelo lay-off tradicional, no lay-off simplificado ou no apoio à retoma possam ter garantido o salário bruto na totalidade.

A norma, ontem atualizada já durante a votação na especialidade para o Orçamento do Estado para 2021, determina que os trabalhadores que estão com redução de horário ou suspensão temporária do contrato de trabalho não têm corte na remuneração ilíquida, até um máximo de três salários mínimos nacionais, que nos valores atuais é de 1905€.

A norma deixa de ser uma mera autorização legislativa, passando a ser parte integrante da Lei do OE2021 caso seja aprovada em votação final global quinta-feira, e vai ao encontro do que reclamava o PCP.

LINHAS DE APOIO AO CLIENTE

A partir do próximo ano, as linhas de apoio aos clientes deixam de ter valor acrescentado depois de aprovada a proposta do PAN na votação na especialidade.

Em causa estão as chamadas de valor acrescentado, normalmente com número iniciado por "7", "30" ou "808", na prestação do apoio ao cliente. Em alternativa, as empresas deverão

disponibilizar uma forma de contacto telefónico com o prefixo "2".

REFORÇO DE 4200 NA SAÚDE

O Governo está obrigado a contratar 2100 profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde por semestre em 2021 para chegar a 4200 no final do ano. O calendário fica definido no OE2021 depois de apresentada uma proposta de alteração do PS, ontem aprovada.

MAIS 2000 NÃO DOCENTES

Os deputados deram luz verde a uma proposta do PCP que reforça a contratação de pessoal não docente nas escolas para o corrente ano letivo. A medida prevê, tal como a que constava da proposta de OE2021 do Governo, a contratação de 3000 trabalhadores, mas acrescenta-lhe o início do lançamento concursal para a contratação de mais 2000 assistentes operacionais.

APOIO ÀS PME

Foi aprovada uma proposta do PEV para uma linha de tesouraria destinada às PME até 750 milhões de euros.

ERGUER O PINHAL DE LEIRIA

Uma proposta do PSD e parte de proposta do PEV foi aceite para garantir pelo menos 5 milhões de euros para a recuperação e regeneração do Pinhal de Leiria. ●

*COM LUSA



Ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho



Validade dos atestados médicos prorrogada até ao final de 2021

INCAPACIDADE O Governo decidiu prorrogar até 31 de dezembro de 2021 a validade dos atestados médicos de incapacidade multiuso (AMIM). “Esta prorrogação abrange os AMIM cuja validade tenha terminado em 2019 ou 2020, desde que acompanhados de comprovativo de requerimento de avaliação de incapacidade para a correspondente reavaliação, com data anterior à data de validade”, lê-se no comunicado. A prorrogação fica, contudo, sem efeito de forma automática com a realização de nova junta médica.



Dona da Meo avança com ações contra a Anacom no processo 5G

Decisão da Altice segue-se à da Vodafone e da NOS na reta final do registo para o leilão

REDE MÓVEL A dona da Meo já tinha avisado que estava a equacionar seguir pela via da litigância para travar o leilão do 5G e, na passada sexta-feira, a Altice Portugal avançou com uma providência cautelar contra a Autoridade Nacional das Comunicações (Anacom) e com duas participações à Comissão Europeia. A decisão segue-se à da NOS e da Vodafone e é conhecida na mesma semana em que termina o pro-

cesso de candidaturas ao leilão do 5G. Ontem, também a associação do setor (APDC) veio, em comunicado, mostrar a sua preocupação com o tema.

NOS, Altice e Vodafone, a manter-se as atuais condições do processo, estão a pôr em causa os investimentos em Portugal.

Também ontem, o Governo publicou os descontos para algumas faixas de espetro que vão estar a leilão no 5G. ● ANA MARCELA



JOSÉ COELHO/LUSA

Autoridades estarão nas ruas para fiscalizar o movimento entre concelhos

Governo alivia confinamento na véspera dos feriados

Nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro, não se aplica a obrigação de permanecer em casa a partir das 13 horas

Carla Sofia Luz
e João Queiroz
societade@jn.pt

RESTRIÇÕES As escolas públicas vão fechar e os restaurantes e as lojas terão de encerrar às 15 horas, mas a população não está impedida de andar na rua nas duas segundas-feiras que antecedem os feriados de 1 e de 8 de dezembro, mesmo nos municípios com risco muito elevado ou extremo de contágio de covid-19.

As pontes de segunda-feira serão ilhas no alívio ao confinamento nos próximos dois fins de semana prolongados, apesar das recomendações do Governo e das autoridades da saúde para a limitação dos contactos e das deslocações no exterior ao essencial.

Nos 127 concelhos onde se registam mais de 480 novos casos por cem mil habitantes, o confinamento a partir das 13 horas até às cinco horas da madrugada seguinte aplicar-se-á aos sábados, aos domingos e aos feriados. Nas segundas-feiras de 30 de novembro e de 7 de dezembro, não há essa restri-

ção. O toque a recolher dá-se apenas às 23 horas, como pode ler-se no decreto do Governo e foi confirmado, ontem, pela Presidência do Conselho de Ministros.

“As restrições à circulação na via pública que acontecem nos fins de semana e nos feriados, no período entre as 13 horas e as 5 horas, não se aplicam às vésperas de feriado”, especifica. “A 30 de novembro e a 7 de dezembro, as regras de circulação na via pública são exatamente as mesmas que se aplicam nos restantes dias úteis da semana”, frisa, em resposta por escrito ao JN.

MINIFÉRIAS POSSÍVEIS

O Governo reduz as restrições à circulação em dois dias de liberdade para os alunos sem aulas e para muitos trabalhadores com tolerância de ponto. Isto, se o apelo do primeiro-ministro, António Costa, convencer boa parte dos empresários a dar folga aos seus colaboradores. Apesar de os patrões não se comprometerem a aceder ao pedido do Governante, é certo que ninguém trabalhará na

Função Pública. E não é a única restrição que será alvo de um abrandamento, comparando com as limitações impostas no período do fim de semana de Fina-

dos pelo Governo. O atual decreto, que regula as medidas do renovado estado de emergência, não inibirá o movimento das famílias que desejem passar longe de casa os dois fins de semana prolongados de dezembro. Isto, porque a interdição da circulação entre concelhos só entrará em vigor a partir das 23 horas das sextas-feiras, tanto no dia 27 de novembro como no dia 4 de dezembro.

Embora a proibição de circulação entre municípios se aplique a todo o país, dá tempo mais do que suficiente para sair do trabalho e partir para umas miniférias. O regresso a casa terá de ser planeado. Como o movimento entre territórios estará limitado até às 5 horas da madrugada de 2 de dezembro e até ao final do dia 8, quem gozar miniférias apenas poderá regressar a casa nas quartas-feiras (no dia seguinte aos feriados). ●

RESTRIÇÕES

Há restrições comuns a todo o país. As medidas mais fortes só se aplicam aos concelhos com maior risco de transmissão de covid-19.

Risco mais baixo

O uso de máscara passa a ser obrigatório nos locais de trabalho, sempre que as pessoas não estejam isoladas num gabinete; já era obrigatória em espaços públicos fechados e na rua, sempre que não estivesse garantido um afastamento de dois metros. Nas vésperas dos feriados, não haverá aulas em qualquer nível de ensino e os funcionários públicos terão tolerância de ponto. O Governo pediu aos privados que também não trabalhem nesses dias.

Risco elevado

A partir deste nível de risco, aplicado aos concelhos que tenham entre 240 e 480 casos novos por cem mil habitantes, é imposto o recolher obrigatório entre as 23 e as 5 da manhã. As lojas fecham às 22 horas e os restaurantes e espaços culturais meia hora mais tarde. O teletrabalho será mais fiscalizado.

Dois níveis mais altos

Nos concelhos classificados como tendo um risco muito elevado ou extremamente elevado, as medidas são, para já, as mesmas. Além das restrições que se aplicam aos concelhos com menor risco, aqui as pessoas têm de ficar em casa a partir das 13 horas de sábado, domingo e feriados; nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro, as lojas fecham às 15 horas; e em todos os dias dos dois fins de semana alargados será proibido circular entre concelhos.

Jornal de Notícias

**Esquerda junta-se
à Direita e dificulta
contas a Costa**

Coligações negativas no Orçamento
trocam voltas ao Executivo P. 18

Congresso do PCP
PSD e CDS não ajudam
Chega a mudar a lei P. 11

**Feira Fábrica vai
produzir calçado
para a Louis Vuitton P. 26**

**Emprego
Incentivos
no Interior
atraem
cinco
candidatos
por dia P. 27**

Filipa Figueiredo,
investigadora

**Justiça MP altera
acusação para punir
desvios em IPSS P. 18**

**Receitas falsas Médico
e farmacêutica
em prisão efetiva P. 22**

**Porto Novo parque
de Campanhã ganha
jardins e hortas P. 24**

**Taça Sporting esmaga
Sacavenense (7-1)
e segue em frente P. 42**

Justiça protege 27 pessoas em perigo de vida

Sistema dá nova identidade a
testemunhas e familiares que
ajudam a prender criminosos

Rui Pinto, que aceitou colaborar
com as autoridades, é um dos que
estão a beneficiar do programa P. 4 e 5



Pais à espera de saber se têm apoio do Estado

Governo ainda não esclareceu se as famílias
que fiquem com os filhos a 30 de novembro
e a 7 de dezembro veem as faltas justificadas P. 6

Vacinas
Grupos de
risco estão
dependentes
do que Europa
vier a decidir

Processo pode
estar concluído
no final do ano P. 8

Mobilidade
Confinamento
aliviado
nos dias
anteriores
aos feriados

Obrigações de ficar em
casa a partir das 13
horas não se aplica P. 7

Inovação
Hotéis criam
ofertas no
teletrabalho
com piscina
e ginásio

Unidades de luxo
pedem entre 49 e 75
euros diários P. 10

PUBLICIDADE

Valores
especialistas em OURO
Cada vez mais próxima de si

**JÁ ABRIU
LISBOA
AV. NOVAS**

Av. Barbosa Du Bocage,
1208, fração A, 1050-033 Lisboa
T. 216 014 967

1º Franchising
800 (256 737)
info@valores.pt
WWW.VALORES.PT



Médicos pedem para limites à circulação durarem mais tempo

ORDEM A Ordem dos Médicos apelou ao Governo para prolongar das 23 horas de dia 27 até às 5 horas de 9 de dezembro as restrições à circulação entre concelhos. A medida, aprovada pelo Governo, só prevê limites durante os dois fins de semana prolongados.

A Ordem recomendou, ontem, ao Governo que pondere a realização de testes rápidos de antigénio (TRAg) de forma generalizada “para o rastreio de populações em zonas de risco extremamente elevado (com mais de 960 casos por

100 mil habitantes) e com variação semanal crescente”. Os contactos de alto risco no início do seu período de isolamento profilático também devem ser sujeitos a testes rápidos. Tal como os doentes sintomáticos que recorrem às áreas dedicadas para doentes respiratórios nos centros de saúde.

Os médicos pedem, ainda, o reforço das equipas e a concentração de recursos nos novos casos para se travar a acumulação de inquéritos epidemiológicos, sendo que já há “dezenas de milhares em atraso”. ●



JN

A ABRIR

Não se confina a democracia



por **Paula Ferreira**
Editora-executiva-adjunta

Parece um dado adquirido para a maioria das pessoas, e até para os mais agueridos críticos, ser mínimo o risco de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 no congresso do PCP, marcado para o próximo fim de semana. É conhecida a capacidade de organização dos militantes comunistas e disso deram provas, há pouco mais de dois meses, quando realizaram a Festa do Avante! Se os comunistas adiassem a sua reunião estatutária poupariam, é certo, dissabores a si próprios e ao Governo de António Costa, acusado de estar a proteger o PCP para garantir um voto favorável no Orçamento do Estado para 2021. Esgotado o argumento do perigo sanitário, os mais cínicos argumentam que o PCP devia adiar o Congresso, sob pena de estar afastar eleitores, que não compreendem ter de ficar em casa quando uns políticos teimosos se reúnem para discutir o futuro do seu partido. Nunca vi tanta gente preocupada com o resultado eleitoral do PCP.

A reunião dos comunistas, como é evidente, será feita nos estritos limites da lei, não poderia ser de outra maneira. O que é estranho é ver tantos portugueses a abdicarem das prerrogativas previstas, mesmo num estado de exceção como o que vivemos. Continuamos a ser cidadãos, a manter direitos cívicos: e é esse exemplo que o PCP nos dá. Mesmo num estado de emergência, em que a nossa vida aparece seriamente limitada, as bases da democracia não podem ser beliscadas. António Costa, no passado sábado, prevendo que o iriam questionar sobre o malfadado Congresso comunista, lembrou, citando a lei de 1986, que “as reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais não serão em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia”. Alguns querem agora mudar a lei e não será por acaso que o primeiro passo surge do Chega, depois de ilustres membros do PSD terem sugerido isso mesmo.



TIAO PETINCA/LUSA

Ministério de João Leão alertou para o impacto das propostas da Oposição nas contas do Orçamento

Coligações negativas trocam voltas ao Governo

Esquerdas juntam-se à Direita para aprovar propostas. Menos portagens, suspensão do pagamento por conta e mexidas nos impostos preocupam PS

Carla Soares
carlas@jn.pt

ORÇAMENTO A redução em 50% das portagens nas ex-scute, a suspensão do pagamento por conta, a atualização em 0,7% dos escalões de IRS e a redução do IVA das bebidas na restauração são algumas das propostas que mais preocupam os socialistas, no âmbito das chamadas coligações negativas. Ao longo do dia de ontem, os partidos que têm negociado o Orçamento do Estado (OE) para 2021 com o Governo juntaram-se à Direita para aprovar mais medidas, com voto contra do PS.

Fonte da bancada socialista disse ao JN que entre as que provocam maior dor de cabeça, por somarem despesa ou reduzirem receita, está a proposta para suspender o pagamento por conta, já que o Ministério das Finanças prevê que a receita caia entre 1,5 a três mil milhões.

O PSD propôs que o pagamento seja suspenso enquanto "vigorarem as medi-

das restritivas ao funcionamento de atividades económicas, passando a aplicar-se consoante o resultado do exercício o pagamento real apurado de IRC". A aproximação ao PCP assusta os socialistas. O líder da bancada comunista já deixou claro que tem proposta própria quer para adiar o pagamento por conta para pequenas e médias empresas, quer para diminuir as portagens.

100 MILHÕES EM PORTAGENS

A redução das portagens no interior e no Algarve pode ter um impacto de 100 milhões de euros/ano ou mil milhões ao longo das concessões. Segundo o gabinete de João Leão, as propostas do PSD trariam mais 700 milhões de despesa e menos 1,5 mil milhões de receita, se fossem todas aprovadas. Os dois partidos aguardam cálculos da Unidade Técnica de Apoio Orçamental sobre algumas medidas.

Numa maratona de votações na especialidade, destaca-se ainda para a redução do

IVA das bebidas e o alargamento do subsídio de risco aos profissionais na linha da frente, do PCP. Uma maioria negativa com o PSD pode ainda viabilizar a atualização em 0,7% dos escalões de IRS. As Finanças já alertaram para o peso na despesa, de 200 milhões de euros, de propostas do PSD na Administração Pública.

O primeiro dia de votações, sexta-feira, ficou marcado por 21 maiorias negativas e 14 agravam as contas em 20 milhões de euros, segundo as Finanças.

Nas votações de ontem, com trabalhos pela noite dentro, foram aprovadas até ao fecho desta edição diversas medidas contra a vontade do PS (ler ficha). Alguns exemplos são as propostas do PAN para prolongar a vigência da "Linha de Apoio ao Setor Social Covid-19" e reforçar o acompanhamento de vítimas de abuso sexual; e do PSD para a transição do saldo do Instituto dos Registos e Notariado não executado para 2021. ●

APROVADAS SEM PS

Limpeza de terrenos

A proposta do PEV para o valor das coimas por falta de limpeza de terrenos não ser duplicado tinha sido aprovada, com voto contra do PS. O BE alterou o sentido de voto e foi rejeitada.

Vítimas de abuso

A proposta do PAN que reforça o acompanhamento de vítimas de abuso sexual teve voto contra do PS mas foi viabilizada pelos restantes. E conseguiu prolongar a "Linha de Apoio ao Setor Social Covid-19".

400 camas intensivos

A criação de 400 novas camas de cuidados intensivos até ao final do primeiro trimestre de 2021, proposta pelo PEV, foi aprovada na especialidade, apenas com o voto contra do PS.



Jornal de Notícias

**Esquerda junta-se
à Direita e dificulta
contas a Costa**

Coligações negativas no Orçamento
trocam voltas ao Executivo P. 18

Congresso do PCP
PSD e CDS não ajudam
Chega a mudar a lei P. 11

**Feira Fábrica vai
produzir calçado
para a Louis Vuitton P. 26**

**Emprego
Incentivos
no Interior
atraem
cinco
candidatos
por dia P. 27**

Filipa Figueiredo,
investigadora



**Justiça MP altera
acusação para punir
desvios em IPSS P. 18**

**Receitas falsas Médico
e farmacêutica
em prisão efetiva P. 22**

**Porto Novo parque
de Campanhã ganha
jardins e hortas P. 24**

**Taça Sporting esmaga
Sacavenense (7-1)
e segue em frente P. 42**

Justiça protege 27 pessoas em perigo de vida

Sistema dá nova identidade a
testemunhas e familiares que
ajudam a prender criminosos

Rui Pinto, que aceitou colaborar
com as autoridades, é um dos que
estão a beneficiar do programa P. 4 e 5



Pais à espera de saber se têm apoio do Estado

Governo ainda não esclareceu se as famílias
que fiquem com os filhos a 30 de novembro
e a 7 de dezembro veem as faltas justificadas P. 6

Vacinas

Grupos de
risco estão
dependentes
do que Europa
vier a decidir

Processo pode
estar concluído
no final do ano P. 8

Mobilidade

Confinamento
aliviado
nos dias
anteriores
aos feriados

Obrigações de ficar em
casa a partir das 13
horas não se aplica P. 7

Inovação

Hotéis criam
ofertas no
teletrabalho
com piscina
e ginásio

Unidades de luxo
pedem entre 49 e 75
euros diários P. 10

PUBLICIDADE

Valores
especialistas em OURO

Cada vez mais próxima de si

**JÁ ABRIU
LISBOA
AV. NOVAS**

Av. Barbosa Du Bocage,
1208, fração A, 1050-033 Lisboa
T. 216 014 967

1º Franchising 800 (256 737)
info@valores.pt
www.valores.pt



Governo retira eventos culturais das exceções

CIRCULAÇÃO O Governo retificou o decreto que regulamenta o estado de emergência para retirar as deslocações a eventos culturais da lista de exceções à proibição de circulação nos períodos de recolher obrigatório ao fim de semana e feriados. Os espetáculos deixam de servir como justificação para circular entre concelhos.

Estado ajudou 1.200 famílias a voltar a Portugal

Em 14 meses vieram para Portugal 1.200 famílias emigradas ao abrigo do programa Regressar, num total de 2.500 pessoas. Os apoios financeiros somam 4,6 milhões de euros e 755 contribuintes beneficiaram já de descontos no IRS.

João Cortesão

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

Desde o lançamento do programa Regressar, em julho do ano passado chegaram já ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) “mais de 1.900 candidaturas” de pessoas que deixaram o país para emigrar e que agora pretendem voltar, aproveitando os incentivos criados pelo Governo ao abrigo do programa Regressar. Os números são do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e revelam que estas candidaturas abrangem um total de 4.180 pessoas, entre os requerentes e as respetivas famílias. Para já, foram aprovadas 1.200 candidaturas, num conjunto de cerca de 2.500 pessoas, revela fonte oficial do ministério.

Contas feitas, os apoios concedidos somam 4,6 milhões de euros, em média o correspondente a 3.800 euros por família. Este apoio ao Regresso de Emigrantes, operacionalizado pelo IEFP, destina-se aos emigrantes ou seus familiares que tenham saído do país até dezembro de 2015 e que, regressando, iniciem atividade laboral no território de Portugal continental, mediante a celebração de um contrato de trabalho por conta de outrem.



Os apoios, operacionalizados pelo IEFP, destinam-se a emigrantes ou seus familiares que tenham saído até 2015.

Há ainda uma comparticipação nas despesas inerentes ao regresso do agregado familiar, nomeadamente custos com viagem, custos de transporte de bens e custos com o reconhecimento de qualificações académicas ou profissionais. No limite, o apoio pode chegar aos 6.536 euros por família.

A medida foi uma das bandeiras do Orçamento do Estado para 2019 e, além deste apoio financeiro, o programa Regressar tem uma componente fiscal relevante, ao isentar de tributação

50% dos rendimentos do trabalho por um período de cinco anos aos emigrantes que regressem a Portugal. Para já, e de acordo com o Ministério das Finanças, beneficiaram deste regime de tributação dos ‘ex-residentes’, 757 contribuintes. Este número não reflete, porém, a totalidade das pessoas que estão já a ter direito à redução de IRS. Isto porque a opção pelo regime é feita no momento da entrega das declarações de IRS, o que significa que estes 757 são aqueles que o fizeram quando entregaram o seu

IRS de 2019. Será preciso esperar por 2021 e pela entrega das declarações de 2020 para ter a ideia mais clara do efetivo número de famílias que estão também a beneficiar do apoio fiscal.

O apoio do Regressar destina-se a quem regresse a Portugal entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, mas, entretanto, a secretária de Estado das Comunidades Portuguesas já veio anunciar que, devido à “grande procura” que tem tido, o programa vai ser reavaliado e prolongado até 2023. ■

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Governo isenta 2,3 milhões do recolher obrigatório ao fim de semana

Ao excluir os concelhos de risco elevado do confinamento a partir das 13:00 ao fim de semana, o Governo “poupa” 86 municípios. Com as regras antigas, quase 93% da população do Continente ficaria em casa.

Apesar de ter adotado algumas restrições mais severas no novo estado de emergência que entra em vigor esta terça-feira, o Governo aliviou a pressão sobre os concelhos que registam 240 a 480 novos casos de covid-19 por 100 mil habitantes em 14 dias.

Contas feitas, o Governo “poupa” cerca de 2,3 milhões de portugueses ao “famigerado” recolher forçado à hora de almoço durante o fim de semana.

No estado de emergência que findou esta segunda-feira os concelhos estavam repartidos em apenas dois grupos, com todos os que apresentavam mais de 240 casos por 100 mil residentes a serem classificados de risco elevado. Estes municípios foram submetidos a restrições mais severas, incluindo o recolher obrigatório ao fim de semana entre as 13:00 e as 05:00.

Agora, contudo, apenas os concelhos de risco muito elevado e de risco extremo são abrangidos por este recolher alargado ao fim de semana. Ou seja, mesmo que tenham visto a sua situação agravar-se mas mantendo-se no escalão dos 240 aos 480 casos por 100 mil habitantes (risco elevado), os municípios escapam a esta medida, que foi das mais contestadas, nomeadamente pelos setores da restauração e comércio.

Aliás, se não tivesse alterado as regras, o número de concelhos abrangidos passaria de 191 para 213 e os cidadãos sujeitos a essa obrigação subiriam dos cerca de 8,4 milhões registados no último fim de semana para quase 9,1 milhões de pessoas, o equivalente a 92,6% da população de Portugal continental.

No entanto, ao excluir do recolher obrigatório nos sábados

117

CONCELHOS

São 117 os municípios classificados de risco muito elevado ou extremo e que estarão sujeitos às medidas mais duras.

e domingos os 86 concelhos que se encontram em risco elevado (com 240 a 480 casos por 100 mil habitantes), o Executivo liderado por António Costa acabou por aliviar as restrições a 2,3 milhões de portugueses.

Algarve mais beneficiado com novas regras

A decisão tem maior impacto no Sul e Centro, uma vez que no Norte a maioria dos concelhos estão nos dois escalões de risco mais elevados, e assume particular relevância no Algarve. A

região mais a sul do país tinha oito concelhos obrigados ao recolher obrigatório no passado fim de semana. Agora não terá nenhum, apesar de seis que se encontram no patamar de risco elevado. Isto não obstante a situação se ter deteriorado em alguns desses municípios, como Albufeira, Lagos, Portimão e Lagoa – que passa, aliás, de risco moderado a elevado.

Refletindo também a situação da segunda vaga da pandemia – com epicentro a norte – apenas 10 concelhos a sul do Tejo estarão sujeitos ao recolher obrigatório durante os dois próximos fins de semana. E só dois – Crato e Portalegre – encontram-se no patamar mais elevado de risco.

Por contraste, todos os residentes no distrito do Porto estarão obrigados a recolher a suas casas a partir das 13:00 ao sábado e domingo. Já no distrito de Braga apenas os habitantes de Terras de Bouro poderão sair à rua após as 13:00 ao fim de semana, enquanto no distrito de Aveiro apenas os residentes na Anadia o poderão fazer. ■

PEDRO CURVELO

Oeiras é único concelho penalizado por ser “ilha”

Na anterior listagem que classificava 191 concelhos como de risco elevado – sujeitos a restrições específicas – o Governo incluiu três municípios apesar de se encontrarem abaixo do patamar dos 240 casos por 100 mil habitantes. Os concelhos em causa foram Alcochete, Cadaval e Montijo e a decisão foi justificada com o facto de se encontrarem rodeados de municípios de risco elevado. O Governo, disse António Costa, decidiu que não faria sentido deixar esses concelhos isolados, como “ilhas”. Agora, esse critério apenas se aplicou ao concelho de Oeiras. O município presidido por Isaltino Morais apresenta 414 casos por 100 mil habitantes, mas está rodeado por concelhos acima dos 480 casos (Cascais, Lisboa e Sintra), calhando a “fava” aos 177,5 mil residentes.

A COR DO
DINHEIRO**CAMILO LOURENÇO**
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Nem Belém nem São Bento sabem o que fazer

O Presidente é a favor de confinamentos. O primeiro-ministro, umas vezes parece que sim... outras não. Mas acaba sempre por ceder: começou com "avisos", depois passou a "instruções", a seguir impôs uma espécie de confinamento "light" e vêem as restrições mais severas (que prometem levar à falência um número indeterminado de empresas).

O que é curioso é que, no momento em que o Governo avança para propostas duras (as "pontes" de dezembro, por exemplo), escasseiam os motivos para optar por essas soluções. Senão veja. Da reunião

alargada do Infarmed, na semana passada, saíram duas conclusões alarmantes. A primeira é que os dados avançados por António Costa, duas semanas antes (68% dos contágios têm lugar nos lares), não estavam corretos. Afinal são só cerca de 10%.

A segunda é que ficámos a saber, pela boca de Henrique de Barros (Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto), que os centros comerciais e a restauração apresentam risco muito baixo de contágio. Ao contrário dos ginásios e transportes públicos. Trata-se de um mero estudo, dirão

os críticos. Sim, mas porque é que este estudo há de ser menos válido do que outros, que apontam o confinamento como a solução mais eficaz para travar a disseminação do vírus (e que, segundo o médico Ricardo Mexia, não parece estar a produzir resultados)? Eu só vejo uma explicação para o pânico das últimas semanas em Belém e São Bento: ninguém sabe o que está a fazer. E como o cenário dos "caixões" se adensa, nada como tomar um conjunto de medidas para as apresentar ao país como uma versão de que o Governo (e a Presidência) não perderam o controlo da situação. ■



CAMILO
LOURENÇO

**“O Presidente
é a favor de
confinamentos. O
primeiro-ministro,
umas vezes parece
que sim... outras
não..”**

OPINIÃO 28



OPINIÃO

A MÃO VISÍVEL

Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com



ÁLVARO NASCIMENTO



JOAQUIM AGUIAR



JORGE MARRÃO



ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE



PAULO CARMONA



CAMILO LOURENÇO

O ato da criação!

H

ÁLVARO NASCIMENTO

há dias inquietei alguns espíritos ao afirmar que a pujança dos mercados é o reflexo da pujança das instituições públicas – Estado – e privadas – empresas. Contrariamente ao que parece ser a opinião dominante, o meu argumento é que os mercados são o resultado de um ato de criação. Desde Adam Smith que os economistas liberais – de esquerda e de direita – são unânimes em reconhecer que o sistema de preços é um mecanismo eficiente para alocação de recursos. Com exceções, é claro, como tudo na vida! O confronto competitivo, devidamente balizado, é o que melhor serve o progresso tecnológico – numa criação e destruição criativas – e o desenvolvimento económico e social.

É pouco comum os economistas – e ainda menos os gestores – se inquirem sobre a

verdadeira natureza dos mercados. A ortodoxia coloca as empresas no centro do problema e perspectiva-as numa lógica simples de eficiência-custo. A concorrência é um mero confronto de forças: entre trabalhadores e empresas (e não, como erradamente se afirma, capitalistas), ou entre produtores e consumidores. Aliás, é nesta visão reducionista que se sustentam as teorias de falhas de mercado e defesa da concorrência.

O vício deste raciocínio é ignorar coisas fundamentais. O mercado, como manifestação de vontades próprias, exprime a tecnologia e a sociedade. Requer iniciativa e um incessante exercício de pesquisa – com custos, por razões não exploradas aqui –, no qual a empresa, pela liderança que assume, delimita o seu âmbito e as condições do funcionamento. Como nota, são miópes as empresas que se focam excessivamente no mercado do produto e ignoram todos os restantes, com os quais também se relaciona.

O Estado é – por tradição consentida em Portugal – grande configurador de mercados. A título de exemplo, a saúde pode ser servida pelo Estado através de uma PPP ou de uma empresa pública. Há mercados em ambas as opções, ainda que bem distintos e cuja pujança depende das empresas que os reclamam e aceitam. Surge esta reflexão crítica a propósito das oportunidades que existem para pesquisar e criar novos mercados... arredados das luminárias do Estado! ■

"If you substitute masks for umbrellas, and substitute apparel companies for street hawkers, you have a fair description of the magic of the marketplace in 2020."

NEIL IRWIN
NEW YORK TIMES

14 DE NOVEMBRO DE 2020

Sinais errados

S

ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE

oubemos na semana passada que a dívida total, incluindo o Estado, as famílias e as empresas, ascende a 738 mil milhões de euros, isto é, mais do que toda a riqueza produzida no país em mais de três anos e meio. A dívida pública e a privada, já muito elevadas antes do início da actual pandemia, aumentaram ao longo do ano, função das medidas que o Governo teve de tomar e ao impacto da crise económica sobre as receitas fiscais e o saldo da Segurança Social. A retração económica reflectiu-se negativamente sobre a situação económica e financeira de muitas empresas, agravando os seus capitais próprios. Neste contexto, fazem acrescido sentido as palavras do Dr. Brilhante Dias quando referiu que o país precisa de capital estrangeiro assim como do capital privado de base interna (este, infelizmente, sempre escasso).

A atracção de capital que não seja mero investimento oportunista requer, "inter alia", uma perspectiva de estabilidade, políticas públicas claras e não dependentes de circunstâncias momentâneas. Pior ainda quando o discurso se torna dissonante da

praxis política. É assim verdadeiramente inoportuno que, quando o país precisa desesperadamente de capital privado, nacional e estrangeiro, se assista a um discurso de acolhimento concomitante com uma prática de intervenção pública discricionária e pouco amiga dos investidores. Seja o anúncio da subida de IMI na cidade de Lisboa – que tanto beneficiou de investimento estrangeiro nos últimos anos – a quem não se disponha a contratar ao abrigo de um regime de renda condicionada, seja a notícia de negociações entre partidos para a compra pelo Estado de uma participação qualificada (a notícia referia "controlo", mas não penso que seja de execução possível no mercado dada a percentagem de "free float" disponível) de uma empresa cotada em bolsa com investidores de carteiras também estratégicas, portugueses e internacionais. Uma raridade na Europa.

O Governo deve reflectir e decidir por uma vez se pretende contribuir para o desenvolvimento do país ou aceder a negócios políticos que, por muito que agradem à claqué interna, são um obstáculo à vinda e consolidação de investidores que ajudem a colmatar os nossos desequilíbrios crónicos. Em plena sociedade do conhecimento e da informação, ser pró-mercado de manhã e prosseguir o socialismo real à tarde não funciona e custará muito caro a todos nós. ■

"O país precisa de capital estrangeiro, de capital privado."

EURICO BRILHANTE DIAS
ECONÓMICO
20 DE NOVEMBRO DE 2020

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico



ÁLVARO
NASCIMENTO

**“O mercado, como
manifestação de
vontades próprias,
exprime a
tecnologia e a
sociedade.”**

OPINIÃO 30



PAULO PIMENTA

SNS enfrenta mais casos de covid em plena época natalícia

Governo define prémio na Saúde mas deixa de fora segunda vaga

No último sábado, o prémio foi regulamentado em Conselho de Ministros. Sindicatos contestam “critérios limitativos” e lamentam que não seja atribuído a todos os profissionais como reconhecimento do esforço realizado

Ana Maia

Sindicatos de enfermeiros e médicos são unânimes: a atribuição de prémios de desempenho aos profissionais de saúde do SNS que estiveram no combate à pandemia na primeira fase vai criar desigualdades e o número abrangido é reduzido. O prémio deveria ter sido regulamentado até 24 de Agosto, mas só no sábado foi aprovado em Conselho de Ministros. Será, por

isso, atribuído numa fase da pandemia com muitos mais casos positivos do que em Março e profissionais envolvidos e não há indicação de que estes venham a ser premiados.

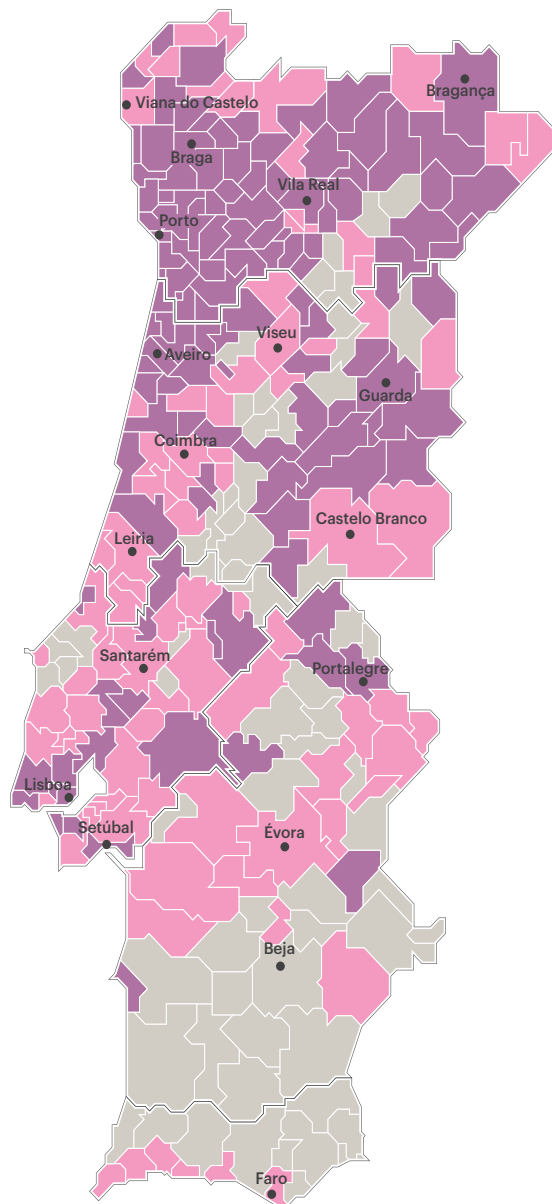
O prémio foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia da República aquando da discussão do Orçamento Suplementar. Ficou definido que seria atribuído a todos os profissionais do SNS que, durante o estado de emergência de 18 de Março, e suas renovações, exercessem actos directamente relacionados com covid-19. Consiste

na atribuição de 50 % da remuneração-base mensal do trabalhador, pago uma só vez, de um dia de férias por cada período de 48 horas de trabalho suplementar realizado naquele período e um dia de férias por cada período de 80 horas de trabalho normal. O Governo tinha 30 dias para fazer a regulamentação.

No site, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses fez um resumo da reunião da semana passada com o secretário de Estado e Adjunto da Saúde: o “que está em discussão é

País dividido em três níveis de restrições

Restrições severas Restrições moderadas Restrições leves



Fonte: DGS

PÚBLICO

Suplemento com custo desconhecido

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental desistiu de calcular o impacto nas contas públicas da proposta de alteração do PCP ao OE21 que prevê a atribuição de um suplemento remuneratório para os trabalhadores de serviços essenciais na linha da frente do combate à covid.

“Conclui-se existirem inúmeras dificuldades de monta da operacionalização da medida prevista quer no que concerne à delimitação do universo de trabalhadores abrangidos, quer no que respeita à identificação das condições exigidas para a atribuição do suplemento remuneratório”, alega. **M.M.O.**



O Governo criou incentivo para que pessoal da Saúde não tire férias no Natal por causa da pandemia

‘premiar o desempenho’ durante o primeiro período em que vigorou o estado de emergência – 19 de Março a 2 de Maio e não a adopção de medidas para atenuar a insatisfação dos profissionais”. “Só vão receber o prémio quem daqueles 45 dias esteve pelo menos 30 dias a trabalhar de forma directa com doentes de covid infectados ou suspeitos em enfermarias, cuidados intensivos e áreas dedicadas a testes de covid, profissionais de saúde pública e do INEM envolvidos no transporte de casos de covid”, diz Guadalupe Simões.

“Atribuir o prémio só aos profissionais que estiveram em áreas dedicadas à covid significa muito poucas pessoas. Um dos critérios é atribuir o prémio aos que trabalharam nas instituições de primeira e segunda linha durante aquele estado de emergência. Os doentes espalharam-se por todos os hospitais”, salienta, acrescentando que na audição “não aceitaram propostas”. “Sobre a perspectiva de vir a abranger mais pessoas, foram muito taxativos. Não irá abranger os 170 mil profissionais de saúde”, lamenta.

Lúcia Leite, presidente da Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros, também fala de “critérios limitativos” que deixam de fora enfermeiros que trabalharam, por exemplo, com grávidas em ginecologia enquanto se aguardavam testes por serem casos suspeitos. Coloca ainda a questão sobre “a forma como as horas extraordinárias para atribuição de dias de férias vai ser contabilizada” e também o desfazamento temporal na atribuição do prémio, que a preocupa. “O prémio foi aprovado durante a primeira vaga. Hoje a situação é de maior gravidade, o número de enfermeiros em áreas de covid e intermédias é muito maior. Atribuir o prémio só à primeira vaga é um presente envenenado e a forma como o está a

gerir, mais envenenado vai ser”, considera.

“Vai criar instabilidade”

Para Noel Carrilho, presidente da Federação Nacional dos Médicos, “a compensação deveria ser para todos” os profissionais. “O SNS é uno e todos trabalharam com o objectivo de responder à pandemia, levando a que uns trabalhassem na retaguarda para outros poderem estar na linha da frente”. E lamenta que, “para a limitação de direitos como férias, assistência à descendência, realização de horas extraordinárias, o universo seja muito mais alargado do que para a atribuição de uma compensação”.

“Só a partir de cada período de 80 horas é que é atribuído um dia de férias. Muitos médicos trabalharam em áreas de covid e podem ter 70 horas. Não vão receber. Vai ser um número marginal a receber os prémios para o universo do SNS”, afirma o médico, referindo que querem “negociar um suplemento de penosidade”. “Mas para o Governo não é o tempo, como não é para muita coisa.” No Orçamento do Estado para 2021, o Governo apresentou a proposta de subsídio de risco para profissionais de SNS, no máximo, de 219 euros.

Jorge Roque da Cunha, do Sindicato Independente dos Médicos, afirma que “tão importantes como os que estiveram na linha frente são aqueles que garantem os cuidados aos seus doentes”. “Lamentamos que esse valor [do prémio] seja sujeito a impostos e que o Governo faça propaganda com o prémio em vez de estar mais preocupado com fixar médicos no SNS”, aponta.

O PÚBLICO questionou o Ministério da Saúde sobre qual o universo de profissionais abrangidos pelo prémio, quando é que será pago e se considera criar um prémio semelhante a atribuir aos profissionais envolvidos nesta segunda vaga. “O diploma foi aprovado em reunião de Conselho de Ministros e está a seguir os canais próprios do processo legislativo”, disse o ministério, escusando-se a fazer mais comentários.

Com tantas regras diferentes, o que posso ou não fazer?

O novo estado de emergência, o quinto, entrou em vigor às zero horas de hoje.

Até quando se estende o novo estado de emergência?

Para já, este quinto estado de emergência estende-se por mais 15 dias, como os anteriores. Mas o primeiro-ministro e o Presidente da República já prepararam os portugueses para que a excepção se arraste durante muito mais do que duas semanas. Na declaração que fez ao país na última sexta-feira, o Presidente preparou os portugueses para haver uma terceira vaga e para ser necessário declarar estado de emergência no Natal. Costa já disse que ficaria muito surpreendido se não houvesse estado de emergência no Natal.

Em que dias os alunos estão dispensados de ir às aulas e que níveis de ensino estão incluídos?

Os alunos apenas estão dispensados de ir às aulas nos dias que antecedem os feriados de 1 e 8 de Dezembro. Apesar de António Costa se ter referido à suspensão das actividades lectivas, o que incluiria primeiro e segundo ciclo, secundário e ensino universitário, as actividades lectivas também param. Creches e pré-escolar estarão de portas fechadas.

Vivo num concelho que está em nível de risco moderado. Posso circular nos dois primeiros fins-de-semana de Dezembro?

Não. A proibição de circulação interconcelhia é válida para todas as regiões continentais, independentemente do nível de risco a que estão associadas e vigora entre as 23h de 27 de Novembro e as 5h de 2 de Dezembro e entre as 23h de 4 de Dezembro e as 5h de 9 de Dezembro. As excepções são as previstas para outras alturas em que houve restrições deste tipo: pode circular quem vai trabalhar, prestar apoio a membros da família, comprar medicamentos, ou cumprir as responsabilidades parentais, por exemplo.

O teletrabalho é obrigatório para todos?

O teletrabalho é obrigatório em todos os concelhos com risco muito elevado e extremamente elevado, sempre que as funções em causa o permitam e o trabalhador disponha de condições para as exercer, não sendo necessário acordo escrito entre empregador e trabalhador.

Em que concelhos será fiscalizado o teletrabalho?

As acções de fiscalização decorrem nos concelhos onde foi imposto o teletrabalho.

Para quem é a tolerância de ponto nos dias 30 de Novembro e 7 de Dezembro?

Foi decretada tolerância de ponto para os funcionários públicos e foi recomendada para os trabalhadores do sector privado. As actividades lectivas também estão suspensas apenas nesses dois dias.

Os supermercados e as mercearias estão abertos nos fins-de-semana prolongados?

Nos fins-de-semana e nos feriados de 1 e 8 de Dezembro todo o comércio encerra às 13h, até porque a partir dessa hora está proibida a circulação na via pública. Nos dias 30 de Novembro e 7 de Dezembro (vésperas dos feriados) o comércio encerra às 15h. Há, porém, uma excepção para os estabelecimentos de venda de bens alimentares com porta para a rua até 200 m², que podem estar abertos até mais tarde.

Em que concelhos as lojas fecham às 15h?

Nos concelhos de risco muito e extremamente elevado. Onde posso consultar as regras em vigor para o meu concelho? O PÚBLICO tem várias notícias sobre este assunto que vai actualizando sempre que se justifica. Mas no site do Governo

Estamos On (<https://covid19estamoson.gov.pt/>) também vão sendo compiladas e renovadas as diferentes regras.

O que é que se pode fazer fora de casa após as 13h ao fim-de-semana?

Se viver num concelho de risco elevado (a cor-de-rosa), vai poder continuar a fazer tudo o que faz durante a semana. O comércio mantém-se aberto até às 22h e os restaurantes e estabelecimentos comerciais encerram às 22h30.

Se vive num concelho de risco muito ou extremamente elevado (cor roxa), só pode sair depois das 13h se for trabalhar, se for a um estabelecimento de saúde ou a uma farmácia, se for dar assistência a pessoas vulneráveis (com deficiência, filhos, progenitores, idosos ou dependentes) ou para cumprir responsabilidades parentais. Poderá ainda ir dar um pequeno passeio — sozinho, com pessoas com quem vive ou com animais de estimação —, levar o seu animal a uma urgência veterinária, ou fazer compras de bens alimentares ou de higiene em pequenos estabelecimentos de rua. São também possíveis deslocações necessárias ao exercício da liberdade de imprensa, por outros motivos de força maior ou de regresso a casa no âmbito das deslocações permitidas. Se vive num concelho de risco baixo (cor cinzenta), tem apenas a limitação de circulação entre concelhos nos dois fins-de-semana grandes.

Então quando é que posso ir às compras?

Se não consegue durante a semana e vive num concelho de risco muito ou extremamente elevado, só vai encontrar o comércio aberto até às 13h de sábado, domingo e feriado. Nos dias 30 de Novembro e 7 de Dezembro, vésperas de feriado, os estabelecimentos comerciais encerram às 15h.

Estou infectado ou estou em contacto com um infectado. Quem decide que tenho que ficar em confinamento obrigatório?

No âmbito do estado de emergência, é a autoridade de saúde, ou seja, o delegado de saúde, que determina o confinamento obrigatório em casa, em estabelecimento de saúde ou noutro lugar, conforme a situação. **Sónia Sapage, Luciano Alvarez e Sofia Rodrigues**





Há dois grupos de trabalho

Vacinação passará pelas farmácias mas plano ainda está a ser delineado

Alexandra Campos

O plano de vacinação contra a covid-19 em Portugal – que está a ser delineado por um grupo de trabalho interdisciplinar encarregado das questões logísticas e por uma comissão de especialistas que emitirá pareceres técnicos – vai passar pelas farmácias, segundo adiantou ontem a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas.

As Forças Armadas e a Protecção Civil estão envolvidas nesta operação e a TAP já se disponibilizou para apoiar no transporte das vacinas, mas ainda pouco se sabe, em concreto, sobre a estratégia deste processo de imunização em larga escala, apesar de a ministra da Saúde ter garantido na semana passada que Portugal está pronto para o iniciar mal as vacinas forem aprovadas. O primeiro-ministro assegurou, entretanto, que Portugal está já preparado para comprar 16 milhões de doses de três vacinas diferentes.

Assegurando que o plano de vacinação português está a ser preparado “há meses”, Graça Freitas especificou ontem, na habitual conferência de imprensa para balanço da situação epidemiológica, que, “de acordo com as características da vacina, haverá um ponto de chegada e pontos de distribuição secundários, ou seja, como para todas as outras vacinas e de acordo com um plano pré-estabelecido, as vacinas são enviadas para as farmácias de locais descentralizados” do continente e regiões autónomas.

Mas as questões logísticas ainda vão ser analisadas por um grupo de trabalho interdisciplinar que acaba de ser criado. Coordenada pelo ex-secretário de Estado da Saúde Francisco Ramos, esta “task force” integra no seu núcleo duro representantes da Direcção-Geral da Saúde (DGS), da Autoridade Nacional do Medicamento (Infarmed), além das Forças Armadas e da Protecção Civil, e tratará das complexas questões logísticas que uma operação como a vacinação em massa de parte significativa da população vai implicar.

Caberá a este grupo determinar “quem se vai vacinar, onde se vai vacinar, onde serão armazenadas as vacinas, como evitar rupturas de stocks, como será feita a farmacovigilância [para monitorizar eventuais efeitos adversos], a definição da



Francisco Ramos foi secretário de Estado da Saúde

estratégia de comunicação”, sintetiza uma fonte ligada ao processo.

Numa fase já mais avançada mas ainda a aguardar informações que vão ser determinantes para poder emitir pareceres, a Comissão Técnica de Vacinação contra a covid-19 – que foi nomeada por despacho da diretora-geral no início deste mês mas já mantinha contactos desde o início de Setembro – tem marcada para amanhã a sua segunda reunião oficial. Cabe a este grupo dar pareceres técnicos sobre as estratégias de vacinação, sobre as vacinas, recomendar prioridades, aconselhar sobre medidas de excepção, entre outras coisas.

Onze especialistas

Constituído por 11 especialistas, nomeadamente médicos, virologistas e farmacêuticos, o grupo aguarda ainda informações dos fabricantes das vacinas, nomeadamente sobre os resultados da fase III dos ensaios clínicos, para poder pronunciar-se. “É difícil dizer em que estado estamos apenas com base em press releases [comunicados de imprensa] sobre a fase III. Temos de aguardar”, explicou ao PÚBLICO Manuel Carmo Gomes, epidemiologista que integra esta comissão.

“Há informações que aguardamos por parte dos fabricantes (directamente, ou através dos reguladores) que ainda não temos. A natureza dessa informação, nomeadamente aquela que diz respeito aos resultados da fase III dos ensaios, poderá ser mais ou menos complexa e isso irá condicionar a nossa tarefa”, acrescentou.

Espanha apresenta hoje o seu plano

Alemanha é a lebre na corrida para preparar a imunização

Clara Barata

Ninguém foi mais rápido que a Alemanha, que espera ter já prontos a funcionar centros de aplicação de vacinas para a covid-19 em meados de Dezembro. Ali poderão começar logo a ser administradas, logo que tiverem luz verde das autoridades de saúde europeias. Os restantes países europeus estão ainda a começar os primeiros passos.

“Prefiro ter um centro de imunização pronto a funcionar inactivo vários dias do que uma vacina autorizada sem ter condições para a administrar”, declarou o ministro da Saúde, Jens Spahn. Cada estado federado alemão fica responsável por identificar os locais onde se podem montar centros para administrar as vacinas e locais para as armazenar. Mas o Governo federal pagará as vacinas e participa no financiamento dos centros de vacinação.

Foram identificados três grupos prioritários na população, diz o jornal francês *Le Monde*: “Indivíduos com um risco significativo de desenvolver uma forma grave ou mortal da doença, por causa da idade ou fragilidade da saúde”; “pessoal de enfermagem ou auxiliar de lares de idosos, que lidam com a população mais vulnerável” e, finalmente, “pessoas que devem ser protegidas porque ocupam funções importantes para o resto da sociedade e serão dificilmente substituíveis”. Neste grupo incluem-se os que trabalham na “saúde, membros da polícia e dos serviços de segurança, bombeiros e professores”.

O documento que definia estes grupos prioritários foi entregue a 9 de Novembro pelos especialistas das três instituições. Estabelecer prioridades no acesso às vacinas será fundamental, reconheceu o ministro da Saúde alemão: “No início, mas também nas primeiras semanas e talvez meses, é muito possível que não haja doses suficientes para todos os que se querem vacinar”, avisou.

Apesar dessa dificuldade, o Governo de Espanha – um dos países mais traumatizados pela pandemia na Europa – prometeu que grande parte do país estará vacinada contra o novo coronavírus até ao Verão de 2021. O plano deve ser apresentado hoje em Conselho de Ministros, mas o que Pedro Sánchez já avançou é que as vacinas devem ser distribuídas através de 13 mil centros de vacinação – um número que coincide com a quantidade de centros de saúde e consultórios dos serviços de

saúde das regiões autonómicas espanholas, nota o *El País*. A imunização, usando as vacinas adquiridas pela União Europeia deverá iniciar-se em Janeiro e será voluntária.

França prevê também usar o sistema nacional de saúde para distribuir as vacinas para a covid-19, no início de 2021, mas a Alta Autoridade para a Saúde só deve divulgar os seus planos em meados de Dezembro. Neste momento, apenas se sabe que serão considerados prioritários os profissionais de saúde e as pessoas mais idosas ou fragilizadas. Um passo, no

entanto, foi já dado: foram comprados 50 supercongeladores com capacidade de frio até 80 graus Celsius negativos, para manter vacinas como as da BioNtech-Pfizer.

O Governo britânico espera também conseguir vacinar pessoal médico e pessoas mais vulneráveis no início de Dezembro. Matt Hancock, o ministro da Saúde, diz que se as vacinas forem aprovadas pela Agência Reguladora de Medicamentos e Produtos Médicos, em especial da Pfizer-BioNtech, o caminho está aberto. “O Serviço Nacional de Saúde tem de estar pronto, a partir de 1 de Dezembro”, declarou.

A operação de rastreamento de casos de covid-19 assentou na subcontratação de empresas privadas, e resultou na descoberta de atrasos na notificação de 16 mil casos de covid-19, no início de Outubro. Por isso, desta vez, a vacinação será organizada pelos hospitais e pelas clínicas de cuidados de saúde primários. O Exército deverá dar apoio logístico no transporte.

1,4

A UE comprometeu-se a comprar, pelo menos, 1,4 mil milhões de doses de vacina para a covid-19



A Alemanha tem tudo pronto para vacinar já em Dezembro



Três doentes levantam suspeitas em Portugal

Casos de reinfeção crescem e ameaçam vacina

Andrea Cunha Freitas

Há mais de duas dezenas de casos confirmados e centenas de suspeitas de reinfeção por SARS-CoV-2 no mundo

São casos ainda considerados raros e difíceis de confirmar, mas também já se sabe que os casos de reinfeção são possíveis. Há apenas 26 casos confirmados em todo o mundo, mas muitas centenas de suspeitas, numa lista em que poderíamos encontrar os casos já noticiados de três doentes em Portugal que podem ter sido infectados duas vezes. Para a confirmação é preciso, no entanto, os resultados da sequenciação do vírus que mostrem que aquela pessoa foi infectada por duas variantes distintas. Os cientistas ainda não sabem qual é o peso das reinfeções na epidemia, mas, se se provar que – tal como acontece com a dengue – a segunda infecção por uma nova versão do vírus é mais agressiva do que a primeira, estes casos podem ter um impacto na eficácia das vacinas que estão a ser desenvolvidas.

Tal como os outros números associados à infecção por SARS-CoV-2, também o registo dos casos de reinfeção tem aumentado. No mundo, depois de um primeiro caso oficialmente confirmado em Hong Kong ainda em Agosto, há agora 26 reinfeções confirmadas. Porém, há mais de 570 casos suspeitos. Pelo menos três destas suspeitas dizem respeito a doentes em Portugal, mas a confirmação da reinfeção só será possível com o resultado de testes de sequenciação do vírus.

Para que um caso seja considerado como uma suspeita de reinfeção, um doente tem de ter tido duas vezes um teste (PCR) de reacção positiva com pelo menos um mês livre de sintomas no intervalo. Para a confirmação, é preciso mais do que isso. “Para serem validados têm de ser confirmados por sequenciação do vírus e demonstrar que têm um número suficiente de mutações para provar que a primeira infecção é bastante distante da segunda”, confirma a geneticista Luísa Pereira, investigadora do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S) da Universidade do Porto.

Mas se não for uma reinfeção que outra explicação pode existir para uma pessoa voltar a ficar doente? “Há alguns vírus que têm esta capacidade de ficarem latentes no nosso organismo e não se manifestarem, passam despercebidos ao sistema imune e



O vírus SARS-CoV-2 já teve algumas mutações e terá cinco variantes

não há qualquer sintoma. Ainda não está provado que este vírus não tem essa capacidade”, explica a cientista. “Há vários casos muito prolongados no tempo, mais de 90 dias, de pessoas que têm alternadamente um resultado positivo, negativo, volta a ser positivo, de novo negativo. Nestas pessoas acha-se que há uma continuidade da presença de algum material genético do vírus que a infectou a primeira vez”, diz Luísa Pereira.

Estes resultados instáveis podem estar associados a problemas na colheita das amostras, mas também podem estar relacionados com a pro-

gressão da infecção no organismo. A certa altura, o vírus pode já não estar numa partícula íntegra (e infecciosa) mas vai, ainda assim, libertando restos do material genético que serão o suficiente para, nalguns casos, originar um resultado positivo. Durante quanto tempo este efeito pode durar? Não se sabe ainda. “Os testes que têm sido feitos mostram que, em princípio, a partir da maior parte das amostras mais tardias já não se consegue cultivar o vírus em laboratório, o que nos indica que podem ser apenas restos do material genético e não o vírus íntegro”, explica a geneticista.

Outra coisa que também ainda não está clara é a relação destes casos de reinfeção com a gravidade da doença e é aqui que podemos deparar com obstáculos sérios para a eficácia da vacina. Ainda que alguns dos casos oficialmente confirmados digam respeito a situações com sintomas da doença ligeiros, há também pessoas que viram o seu estado de saúde agravado da primeira para a segunda infecção.

Luísa Pereira recorda o exemplo do vírus que causa a febre da dengue e diz que um dos desafios foi criar uma vacina que protegesse contra as quatro estirpes que existem, pois sabe-se que quando alguém é infectado fica imune para essa estirpe, mas quando é infectado por outra estirpe diferente adoece de forma bastante mais grave. “Isto pode acontecer para o SARS-CoV-2”, admite, afirmando que, se esta hipótese se verificar com a covid-19, isso pode ter um impacto importante na eficácia das vacinas. No fundo, ao imunizar



Há alguns vírus que têm esta capacidade de ficarem latentes e passam despercebidos ao sistema imune

Luísa Pereira
Geneticista



Audiência com Presidente da República

Ministra da Justiça assegura que contágio nas cadeias está “controlado”

Sofia Rodrigues

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, assegurou que a situação das infeções por covid-19 nas prisões portuguesas está “controlada” e que foi accionado o plano de contingência para isolar as pessoas infectadas sem que fosse necessário recorrer ao Serviço Nacional de Saúde.

Francisca Van Dunem falava aos jornalistas, ao lado da ministra da Saúde, Marta Temido, no final de uma audiência com o Presidente da República a propósito dos surtos de covid-19 nas cadeias. A governante sinalizou que “a partir de Outubro” foram registados casos em Tires, Lisboa, Porto, Matosinhos, Bragança e Faro, num total de “350 casos activos num universo de 11 mil reclusos”.

“Temos uma situação totalmente controlada ao nível dos vários estabelecimentos, não houve necessidade de recurso ao Serviço Nacional de Saúde, nem a qualquer estrutura externa”, garantiu, referindo que os infectados estão, na generalidade, “assintomáticos”.

A ministra referiu que, no âmbito do plano de contingência que foi accionado, foi possível “retirar as pessoas infectadas para um espaço à parte onde estão a ser observadas por médicos e pessoal de enfermagem”, acrescentando que a libertação de reclusos, executada em Março, permitiu criar os espaços necessários ao isolamento.

Quanto ao uso generalizado de máscara no interior das prisões, Francisca Van Dunem adiantou que o director-geral dos Serviços Prisionais pediu um parecer sobre a matéria e que espera por resposta da Direcção-Geral de Saúde. A governante foi também questionada sobre o motivo que levou ao aumento de casos nas prisões nas últimas semanas, uma situação que atribuiu à subida das infeções na comunidade em geral.

As audiências da ministra da Justiça e da ministra da Saúde em Belém tiveram, no entanto, outra leitura por parte do PSD. Carlos Peixoto, vice-presidente da bancada, considerou que os surtos de covid-19 nas prisões “são graves” e que o Presidente da República está a substituir-se ao primeiro-ministro ao chamar a Belém as duas ministras.

“O Presidente da República está neste caso em concreto a fazer de primeiro-ministro, chamou a ministra da Saúde e da Justiça para explicarem o que o primeiro-ministro,



As ministras da Saúde e da Justiça foram ontem recebidas pelo Presidente da República no Palácio de Belém

“

A situação está totalmente controlada ao nível dos vários estabelecimentos prisionais. Não houve necessidade de recurso ao SNS

Francisca Van Dunem
Ministra da Justiça

colocando a cabeça na areia, não consegue explicar”, afirmou, em conferência de imprensa, no Parlamento. “Esperamos que a conversa que o Presidente da República tenha com as ministras resolva a questão. Se não resolver a questão, cada uma das ministras terá de explicar o que está a fazer perante uma situação destas. O que nos importa é que haja segurança sanitária dentro das prisões”, acrescentou.

O deputado considerou que, nesta matéria, o Governo “está sem rei nem roque” e que o plano de contingência não está ainda a funcionar por haver uma “divergência entre a Direcção-Geral de Saúde e a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais” sobre o uso de máscara no interior das prisões. Neste sentido, Carlos Peixoto disse esperar que o Governo desse “instruções claras” aos serviços prisionais.

Ainda antes de pedir as audiências das ministras, a bancada social-democrata enviou perguntas sobre o plano de contingência e sobre se estão a ser ponderadas medidas excepcionais para controlar os surtos.

Fim-de-semana de confinamento

Portugueses concentraram mais as compras entre as 11h e as 13h

Miguel Dantas

Os portugueses acataram as ordens de recolhimento obrigatório, mas, no último fim-de-semana, as deslocações para fazer compras aconteceram maioritariamente entre as 11h e as 13h, promovendo concentrações nas superfícies comerciais. Estes dados constam de um relatório pela consultora PSE, especializada em ciência de dados, a que o PÚBLICO teve acesso.

Nuno Santos, director e responsável pelo estudo da mobilidade, explica que, apesar de o confinamento ter sido cumprido, estas medidas apenas significaram um ajuste matinal para as pessoas que habitualmente saem ao fim-de-semana.

“Os portugueses estão fundamentalmente a acatar e a cumprir todas as medidas. O confinamento nocturno foi de 98%, algo de extraordinário. Se compararmos as pessoas que saem habitualmente ao fim-de-semana, 83% saíram na mesma. Para se ter uma noção, no dia 7 e 8 de Novembro, antes das restrições, houve 60% da população que saiu à rua. Neste fim-de-semana, foram 50%. Estas deslocações concentraram-se da parte da manhã”, começa por dizer ao PÚBLICO.

Neste fim-de-semana, a ida às compras foi a principal razão para a saída dos portugueses à rua. Em média, foram 29% as pessoas que saíram de suas casas para se deslocarem a uma superfície comercial. Neste fim-de-semana, contudo, registou-se uma alteração no comportamento dos cidadãos: enquanto a 14 e 15 de Novembro, o primeiro fim-de-semana com recolhimento obrigatório, a maioria saiu de casa antes das 10h para realizar compras, este sábado e domingo quase meta-

de (48%) dos portugueses esperaram pelo período entre as 11h e as 13h para o fazerem. Uma concentração que a PSE destaca neste novo relatório.

“As compras foram o principal motivo de saída. Houve uma maior concentração porque, depois da experiência do outro fim-de-semana (a primeira vez em que estiveram perante o recolhimento obrigatório das 13h, o comportamento foi diferente. Quem foi às compras saiu mais tarde e a concentração deu-se num período horário mais pequeno”, revela Nuno Santos. Os dados recolhidos pela consultora mostram ainda que os portugueses deram preferência ao comércio de proximidade, evitando deslocações maiores.

Regresso apressado

Com o aproximar das 13h, hora-limite para a circulação nas ruas, houve um regresso a casa apressado, mostram os gráficos. Entre as 12h e as 14h de sábado, 27% dos portugueses “apressaram-se a recolher a casa”. Este indicador baixou para 20% no domingo, dado que o nível de recolhimento foi mais acentuado no último dia do fim-de-semana.

Apesar da saída concentrada para o cumprimento de necessidades básicas, a verdade é que muitas pessoas não saíram de casa durante o fim-de-semana.

No sábado, 52% dos portugueses permaneceram nas suas habitações durante todo o dia, com este dado a subir para 62,5% no domingo. Estes números relativos ao confinamento estão ainda longe dos 70% que se chegaram a registar em Abril. Porquê? Nuno Santos responde que o contexto do confinamento na primeira vaga do vírus é completamente diferente, não sendo possível traçar uma comparação directa.



Recolher obrigatório no último fim-de-semana foi severo

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA
TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS
SANTACASA
#Ganhamostodos

DISPONÍVEL TAMBÉM NA APP E EM
JOGOSANTACASA.PT

Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça, 24 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.171 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Público

Covid-19
**Prémio na Saúde é só
para quem trabalhou
na primeira vaga**

País entra em novo estado
de emergência a três cores

Destaque 2 a 6 • Siga em publico.pt/coronavirus

Presidência
António Costa
anuncia cimeira
UE-Índia no
Porto em Maio

Primeiro-ministro apresentou as grandes linhas da presidência portuguesa da UE, que arranca a 1 de Janeiro no Mundo, 20 e Editorial

Mais apoios
Recibos verdes
vão poder
pagar IVA
a prestações

Ministério das Finanças clarifica que flexibilização de pagamento não se restringe a pequenas e médias empresas Economia, 24/25

Violência doméstica
Uma em cada
cinco denúncias
é feita por
testemunhas

Amigos e familiares desempenham um papel cada vez maior na denúncia de violência em relações de intimidade Sociedade, 15

idealista

Agora é o momento

PUBLICIDADE

ISSN-0872-1548



Governo baixa em 80% taxas de frequências para o 5G

Ana Brito

Foram criados descontos adicionais para quem levar banda larga móvel de 100 Mbps às escolas públicas e à Linha do Norte

O Governo publicou ontem uma portaria que aplica um desconto de 80% às taxas de utilização do espectro radioelétrico destinado ao 5G. Além de terem de “comprar” as frequências para as novas licenças 5G (no fundo, estão a garantir a sua reserva por um período de 20 anos), as empresas também têm de pagar todos os anos pela sua utilização.

Os valores são fixados pelo Governo, tendo em conta que o espectro é um bem público e que a receita reverte para o Estado, e actualmente rondam os 44 milhões de euros por ano. Quer as empresas, quer o regulador têm defendido a necessidade de reduzir as taxas para promover o investimento no 5G.

O secretário de Estado das Comunicações (que nesta portaria dá como perfeitamente válido o regulamento da Anacom que definiu as regras do leilão, independentemente das queixas dos operadores) diz que se procura, com a actualização das taxas, “incentivar o desenvolvimento” da tecnologia e “estimular a rápida cobertura de locais de superior interesse público, como é o caso dos estabelecimentos de ensino”.

O Governo também concretizou uma das recomendações do grupo de trabalho criado pela Anacom depois dos incêndios de Junho e de Outubro de 2017. O relatório do grupo de trabalho, publicado em 2018, recomendava a promoção do investimento dos operadores de comunicações em ligações hertzianas, ou seja, ligações sem fios, como substituição dos traçados de cabo aéreo, vulneráveis em situação de incêndio ou outras catástrofes naturais.

A mesma portaria também estabelece uma redução de 10% das taxas de utilização de frequências, válida por três anos, para as empresas “que se comprometam a assegurar, até 1 de Janeiro de 2022, a cobertura de banda larga móvel com um débito mínimo de 100 Mbps [megabits por segundo] da totalidade das escolas públicas de todos os níveis de ensino e da linha ferroviária do Norte”. Os titulares de direitos de utilização de frequências que prestem o serviço beneficiarão da redução de 10% desde que os seus clientes tenham acesso ao serviço.

Economia Apoios às empresas e a trabalhadores

Recibos verdes também podem entregar IVA a prestações

Regime só faz referência às micro e PME. Governo garante que os profissionais independentes também beneficiam

Pedro Crisóstomo

Quando o Governo decidiu flexibilizar o pagamento do IVA do terceiro trimestre (adiando a data de entrega do imposto de 25 para 30 de Novembro ou permitindo o pagamento a prestações), definiu na lei que a medida se destina às micro, pequenas e médias empresas. Surgia a dúvida: ficam de fora os trabalhadores independentes enquadrados no regime do IVA trimestral?

Apesar de o diploma do executivo de António Costa apenas indicar que o regime excepcional se dirige às micro e PME, o Ministério das Finanças garante ao PÚBLICO que também estão incluídos os profissionais independentes (como os trabalhadores e recibos verdes e os empresários em nome individual).

Instado a clarificar o decreto-lei, para esclarecer se estes trabalhadores

estariam abrangidos ou excluídos, o gabinete do secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, respondeu que “o regime de diferimento extraordinário abrange os sujeitos passivos de IVA enquadrados no regime trimestral, o que inclui os trabalhadores independentes na medida em que são equiparados a PME”.

No entanto, o que o decreto-lei publicado em *Diário da República* no domingo prevê é que a flexibilização cobre a obrigação de pagamento de Novembro “que tenha de ser realizada por sujeito passivo classificado como micro, pequena e média empresa” ou ainda “que tenha iniciado a actividade a partir de 1 de Janeiro de 2019”. Nesses casos, a entrega dos montantes do IVA trimestral (dos meses de Julho a Setembro) pode ser cumprida em prazos extraordinários: até 30 de Novembro (se for pago de uma só vez) ou de forma fraccionada, em três ou seis prestações.

Nada se diz relativamente aos trabalhadores independentes, ainda que o IVA trimestral abranja tanto as empresas com um volume de negócios abaixo de 650 mil euros no ano anterior, como os profissionais independentes com uma facturação até esse valor.

Clarificação das Finanças

A clarificação é importante, porque o prazo de pagamento do IVA do terceiro trimestre estava a chegar ao fim (terminaria amanhã para os trabalhadores independentes, caso a extensão os deixasse de fora), por isso era determinante saber se estes profissionais tinham de pagar o imposto até 25 de Novembro ou se podiam beneficiar também do regime excepcional, podendo pagar até dia 30 ou aproveitar o plano a prestações. É este regime que vale, segundo o Ministério das Finanças.

Isso não resultava inequívoco da lei. A forma como o decreto-lei foi redigido levou a própria Ordem dos Contabilistas Certificados a procu-



RICARDO SILVA



Contribuições para a Segurança Social dos independentes também beneficiam de apoio

rar uma explicação junto do Ministério das Finanças.

Questionado pelo PÚBLICO sobre o enquadramento dos trabalhadores independentes, o departamento de consultoria respondeu: “Relativamente ao pagamento do IVA trimestral, os trabalhadores independentes não ficam excluídos desta medida, conforme foi clarificado

com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais”.

De resto, o regime extraordinário agora previsto também inclui uma parte relativa ao adiamento do pagamento das contribuições sociais à Segurança Social de Novembro e Dezembro e, aí, ao contrário do IVA, o diploma não deixa margem para dúvidas de que os destinatários são “os trabalhadores independentes e as entidades empregadoras dos sectores privado e social classificadas como micro, pequena e média empresa”.

Prazos para o IVA

Quanto ao IVA, se o pagamento for feito de uma vez, o imposto pode ser entregue ao Estado até 30 de Novembro.

A data-limite inicial era o dia 20 de Novembro; no dia 9, o Governo anunciou que o prazo passaria para 25 de Novembro, mas, dias depois, resolveu voltar a prolongar. Passou o prazo para o dia 30 e abriu a possibilidade de pagamento fraccionado (sem aplicação de juros).

Quem aderir a essa segunda moda-

Hotéis como espaços de cowork e trabalho

Os hotéis e alojamento local já podem disponibilizar, excepcional ou temporariamente, algumas das suas unidades para funcionarem como escritórios e espaços de cowork sem que essa decisão implique a perda de qualificação como empreendimento turístico. A medida está consagrada no decreto-lei que altera “as medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença covid-19” publicado domingo. Esta foi uma das medidas pedidas pela Associação de Hotelaria de Portugal (AHP), como forma de fazer face à acentuada quebra de actividade.



6

Quem aderir ao pagamento fraccionado (sem aplicação de juros) pode optar por duas opções: liquidar as suas responsabilidades em três ou seis prestações

250

Os apoios destinam-se às empresas que empregam menos de 250 trabalhadores — micro (menos de dez), pequenas (de dez a menos 50) e médias (de 50 a menos de 250)

lidade, tem duas opções: a três ou a seis prestações. Num caso ou noutro, a primeira das *tranches* deve ser paga até 30 de Novembro, segundo esclareceu o gabinete do mesmo secretário de Estado.

As prestações seguintes têm de ser cumpridas nas datas equivalentes. Ou seja: quem adere ao plano a três meses entrega a primeira parte até ao arranque da próxima semana, a segunda até 30 de Dezembro e a última até 30 de Janeiro; quem adere ao plano a seis prestações cumpre a entrega nas datas idênticas entre Novembro de 2020 e Abril de 2021.

Segundo o diploma, “a classificação como micro, pequena ou média empresa deve ser efectuada por certificação de revisor oficial de contas ou contabilista certificado”.

Já no caso das contribuições à Segurança Social, o Governo também optou por criar dois planos: um pagamento em três ou seis prestações “iguais e sucessivas, sem juros”. No primeiro caso, a entrega decorre de Julho a Setembro de 2021; no segundo, de Julho a Dezembro de 2021.

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA
TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS
SANTACASA
#Ganhamostodos

DISPONÍVEL TAMBÉM NA APLIC. JOGOS.SANTACASA.PT

Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça, 24 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.171 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Público

Covid-19
Prémio na Saúde é só para quem trabalhou na primeira vaga

País entra em novo estado de emergência a três cores

Destaque 2 a 6 • Siga em publico.pt/coronavirus

Presidência
António Costa
anuncia cimeira
UE-Índia no
Porto em Maio

Primeiro-ministro apresentou as grandes linhas da presidência portuguesa da UE, que arranca a 1 de Janeiro no Mundo, 20 e Editorial

Mais apoios
Recibos verdes
vão poder
pagar IVA
a prestações

Ministério das Finanças clarifica que flexibilização de pagamento não se restringe a pequenas e médias empresas Economia, 24/25

Violência doméstica
Uma em cada
cinco denúncias
é feita por
testemunhas

Amigos e familiares desempenham um papel cada vez maior na denúncia de violência em relações de intimidade Sociedade, 15

idealista

Agora é o momento



O reino da confusão jurídica de emergência



André Lamas Leite

O amadorismo (também jurídico) de que falava no artigo da passada semana ficou particularmente exposto com o acórdão de 9/11/2020 da Relação de Guimarães. Um conjunto de cidadãos veio a Portugal, oriundos da Bélgica, tendo entrado em pleno estado de emergência. Na altura, por determinação da autoridade de saúde, deviam cumprir 14 dias de confinamento, de que foram notificados, bem como de que, se o não cumprissem, incorriam em crime de desobediência. Certo é que foram depois fiscalizados na rua, em incumprimento, pelo que foram condenados. Inconformado, um arguido recorreu e a Relação deu-lhe razão. Fê-lo baseada nos seguintes argumentos: os crimes só podem ser criados por lei da AR ou por decreto-lei autorizado, o que não aconteceu, pois, apesar de o decreto do Governo que regulamentou o estado de emergência prever que em hipóteses destas se cometia esse delito, tal não constava de nenhuma lei; por outro lado, o isolamento de 14 dias levantava dúvidas responsáveis por que a provedora de Justiça recomendasse à

DGS que o revogasse, o que viria a acontecer depois. Por fim, a lei do estado de sítio e de emergência (Lei n.º 44/86, de 30/9), no seu art. 7.º, não serve de cobertura a este crime ("[a] violação do disposto na declaração do estado de sítio ou do estado de emergência ou na presente lei, nomeadamente quanto à execução daquela, faz incorrer os respectivos autores em crime de desobediência").

É de esperar que muitas outras decisões se sigam sobre o tema e que, se este entendimento fizer escola, os processos-crime por desobediência às proibições do estado de emergência não tenham servido para nada, excepto para desgastar o prestígio do Presidente da República, da AR, do Governo e das forças e serviços de segurança. Já abordei a questão em artigo jurídico disponível *online*, pelo que, aqui, vou tentar escrever para juristas e não-juristas.

Salvo o devido respeito, discordo da posição que fez vencimento, reconhecendo embora que estou em minoria. Entende a maioria que deveria ter havido uma lei ou pelo menos uma autorização ao Governo na resolução da AR que permite ao Presidente declarar o estado de emergência e que determinasse que as obrigações descritas na regulamentação deste estado de excepção configurariam crime.

E o cerne da questão encontra-se no transcrito art. 7.º da Lei n.º 44/86, pois a Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11/5, deu-lhe a actual redacção, onde antes se lia o mesmo, mas, no fim, ao invés de se referir a "crime de desobediência", aludia-se a "crime de

responsabilidade". Daqui pretendem retirar que só os titulares dos órgãos de soberania que participam na declaração do estado de emergência podem ser punidos, dado que essa era a noção entretanto extinta dos crimes de responsabilidade. Assim não creio. Em primeiro lugar, o inciso diz respeito a *qualquer incumprimento* da lei e não somente aos aspectos específicos de repartição de competência entre os órgãos de soberania. Acresce que o elemento teleológico é decisivo: o legislador pretendeu garantir, por



Se este entendimento fizer escola, os processos-crime por desobediência às proibições do estado de emergência não terão servido para nada, excepto para desgastar o prestígio do Presidente, da AR, do Governo e das forças e serviços de segurança

via penal, que, a coberto desta que é já uma lei da AR, pudesse haver sanção criminal pelo desrespeito das concretas determinações destes estados, dado que, naturalmente, tais incumprimentos têm dignidade penal. Mais: todos percebemos que na interpretação das normas o essencial é uma visão actualista, que as vá adaptando a cada tempo, e não uma análise historicista e petrificante. Se se defender a linha do acórdão, não só a temos por errada tecnicamente, como uma prova plena da incompetência de um Presidente constitucionalista, dos deputados à AR e do Governo, que não conseguiram o que pretendiam.

E, repare-se, na renovação hoje entrada em vigor, o problema já não se coloca da mesma forma, porque, apesar de se continuar a punir como desobediência a quebra do confinamento obrigatório (artigos 3.º e 50.º, n.º 1, al. d), do Decreto n.º 9/2020, de 21/11), agora já não se diz que esse incumprimento resulta directamente da lei. Por outras palavras: agora só há crime se quem fiscaliza disser primeiro ao cidadão que incorre na prática de um delito de desobediência e só será punido se, mesmo assim, mantiver o incumprimento. "Cautela e caldos de galinha" ... O que não impede que fosse de exigir maior rigor jurídico, pois as polícias que diariamente dão o corpo às balas já sentem o desgosto da população, a que agora acresce a sensação de que "trabalham para aquecer".

Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Escreve à terça-feira



O PS e o congresso do PCP

Opinião



Ascenso Simões

Os partidos que se consideram de direita pressentiram que a opinião geral dos portugueses ia no sentido de uma reprobção e até revolta pela realização do congresso do PCP.

O PSD e o CDS não mais largaram. Os comportamentos que se verificaram, da parte de Rui Rio e Francisco Rodrigues dos Santos, foram do primarismo constitucional ao ódio anticomunista que pensávamos já ter ficado nos inícios da década de 1980.

Começamos pelo início. Temos um grave problema de saúde pública que nos trouxe também uma crise económica e uma enorme preocupação social. Para esse esforço devem os agentes políticos dedicar as suas forças e as suas atenções. Mas este gravíssimo problema que vivemos não suspendeu o regime constitucional que vigora, não limitou os direitos políticos, não fechou a vida democrática. Passaríamos a ser uma outra coisa que não uma democracia, se assim tivesse sido.

A lei de 1986 é bem clara quanto à entrega da responsabilidade pela sua atividade aos partidos políticos. São eles, com as suas ideias e comportamentos, que recebem votos em eleições ou que são penalizados pelas suas ações ou omissões.

Temos uma Constituição e uma lei que lhe dá aplicação. O PCP não pode ser impedido de realizar, nas

condições que entender, o seu congresso.

Logo nos apareceram constitucionalistas a reivindicar uma alteração da lei. Seriam esses mesmos os ideólogos de um novo fascismo que, perante um incêndio no Parlamento, imporiam a dissolução das instituições e o nascimento de um Estado caudilhistas, agora já não seriam os comunistas, nem os judeus, nem os ciganos os alvos – seriam todos os portugueses.

Há limites para o uso da barbárie, do medo, da voz popular circunstancial como justificação de mudanças nos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Os partidos da direita portuguesa olham para o PS como se este partido fundador, e agora central da nossa democracia, estivesse a ceder perante uma urgência orçamental. A memória política deve ser reavivada para que não voltemos aos maus dias.

Em janeiro de 1975, com o país

numa situação de anúncio de guerra civil, o CDS realizou o seu congresso no Porto. Foi atacado pelas forças mais ortodoxas da revolução, seria sujeito a uma pressão inaceitável que o PS contestou e fez alterar. Mário Soares era ministro, como o eram Salgado Zenha, Almeida Santos, Magalhães Mota e Sá Carneiro. E desse grupo nasceu a defesa do direito de reunião e manifestação para o CDS naquele congresso, naqueles dias e até hoje.

Em novembro de 2020, com o país numa situação de pandemia mas não de guerra civil, o PCP entendeu realizar o seu congresso com regras apertadas e com o profissionalismo que já lhe conhecemos. As forças que em 1975 foram defendidas por Mário Soares e pelo PS são agora as que querem castrar o PCP nos seus direitos constitucionais. Mais uma vez o PS está onde sempre esteve – na defesa da democracia e da liberdade, no respeito pela lei e pela Constituição

da República Portuguesa.

Foi o PS que, passados quatro anos do 25 de abril, sustentou e reforçou o nosso regime com a consagração e legitimação da alternância e a governação da AD que veio até 1983; foi o PS que construiu o poder local livre no qual todos os partidos partilham o jogo democrático e o PCP o faz mais diligentemente do que outros por esse país; foi o PS que permitiu a economia de mercado a partir da revisão constitucional de 1981; foi o PS que teimou em garantir a Portugal um lugar de onde, fruto da sua realidade geográfica, tinha estado ausente em mais de oito séculos – a Europa.

Com tudo isto, com este passado de normalização e fortalecimento da vida democrática, que também recebeu contributos da realidade política nascida em 2015, quem terá coragem de indicar oportunismo a António Costa e ao PS?

Há uma história que honramos. Há um passado de pacificação que PS e Mário Soares souberam bem tratar e que foi das bombas da extrema-direita, que davam pelo nome de ELP e MDLP e que mataram o padre Maximino Sousa, às da extrema-esquerda que resultaram no processo FP 25 e que mataram Gaspar Castelo Branco.

Perante a crise sanitária gostaríamos de não ver o PCP ser tão fustigado pelos seus atos. Mas essa circunstância não pode toldar a nossa análise e deve obrigar a que olhemos além do tempo de hoje.

Em 1975 com o CDS e em 2020 com o PCP, o PS nunca saiu do seu lugar.



Comunistas reúnem-se a 27, 28 e 29 de Novembro

Deputado do PS



O populismo paira sobre a presidência portuguesa

Editorial



Manuel Carvalho



Não se pode aceitar que a Hungria ou a Polónia beneficiem das vantagens da Europa, ao mesmo tempo que se dedicam a minar os seus alicerces

No dia em que o primeiro-ministro desvendou as ambições da presidência portuguesa da União Europeia, soube-se de uma carta do seu homólogo esloveno a apoiar as ameaças de veto da Hungria e da Polónia ao Programa de Recuperação e Resiliência, caso o Conselho Europeu persista na exigência do cumprimento das normas do Estado de direito. A carta de Janez Jansa é eloquente sobre os perigos que a direita populista faz pairar sobre a democracia europeia – perigos que, curiosamente, os receosos do regresso do “espectro do comunismo” à Europa teimam em não ver, apesar de se ter tornado um arcaísmo da História.

Para o primeiro-ministro esloveno, um corpo político como o Conselho não tem de se imiscuir nos assuntos internos de um Estado-membro. Só um tribunal, acrescenta, tem essa legitimidade. Como se o Tribunal de Justiça europeu não tivesse já

condenado a política da Hungria para os refugiados ou a reforma do ensino superior talhada para encerrar uma universidade de George Soros. A Eslovénia não se juntou aos húngaros e polacos na ameaça de veto, mas a carta do seu primeiro-ministro é a prova de que o vírus da democracia iliberal continua a crescer perante a falta de determinação da Europa.

Perante esta ameaça, esperava-se de António Costa uma posição clarificadora sobre a posição da presidência portuguesa. Que nos dissesse em que lado da barricada se coloca – dos que tergiversam ou dos que acreditam que chegámos ao momento de barrar de vez as veleidades populistas, iliberais e violadoras do Estado de direito. Uma vez mais, porém, o primeiro-ministro não se afastou da frieza da diplomacia. Mas lá foi abrindo o jogo: se, em Julho, depois de visitar Orbán em Budapeste, se limitou a exibir o seu anódino optimismo, ontem mostrou ao menos

outro caminho que não o de empurrar o problema com a barriga: se a Hungria e a Polónia persistirem no veto e recusarem os “valores fundamentais” da Europa, a União poderá avançar com o fundo de recuperação e o quadro financeiro plurianual numa lógica de “cooperação reforçada”.

Uma decisão destas, em que uns avançam e outros ficam para trás (como Rui Tavares já defendera na sua coluna), porá a Europa sob uma enorme tensão. Mas já se percebeu que mais vale um confronto clarificador do que uma apatia que empesta o continente. Não se pode aceitar que a Hungria ou a Polónia beneficiem das vantagens da Europa, ao mesmo tempo que se dedicam a minar os seus alicerces. Espera-se assim que o Conselho não ceda nos seus propósitos e que, se a presidência alemã não concluir a negociação, que a presidência portuguesa a leve até às últimas consequências.



ATUALIDADE I

ORÇAMENTO
DO ESTADO

PINHAL DE LEIRIA | CINCO MILHÕES

O PSD apresentou uma proposta que visa realizar alterações orçamentais que permitam libertar uma verba de cinco milhões de euros para ajudar a recuperar a mata nacional de Leiria. Esta proposta teve a oposição do Partido Socialista (PS), que votou contra.

VOTAÇÕES NA ESPECIALIDADE

Trabalhadores em layoff vão ter 100% do salário

ALTERAÇÃO ➤ PS avançou ontem com nova proposta de alteração que alarga o pagamento integral de vencimentos a todas as situações de layoff **REPETIÇÃO** ➤ Coligações negativas subiram, com aprovação de novas medidas sem apoio dos socialistas

JOÃO MALTEZ/MIGUEL A. GANHÃO*

Era uma das bandeiras do PCP e o PS decidiu ontem secundá-la, ao avançar com uma proposta de alteração ao texto do Orçamento do Estado para 2021 apresentado pelo Governo. No próximo ano, todos os trabalhadores em layoff, seja no regime simples adotado após a pandemia ou o que o Código do Trabalho prevê, vão receber o salário a 100%.

A proposta que ontem foi entregue no Parlamento deixa cair o propósito do Executivo de adotar uma medida com esta natureza, mas que não tinha a mesma abrangência e exigia ainda uma autorização legislativa. Agora, em sede de discus-

APOIO A 100% TAMBÉM PARA SALÁRIOS NA RETOMA DE ATIVIDADE

SOCIALISTAS FORAM AO ENCONTRO DE UMA DAS BANDEIRAS DO PCP

são do Orçamento na especialidade, deverá ser aprovado hoje o alargamento do pagamento total dos salários não só no apoio às empresas em retoma progressiva da atividade – como o Governo pretendia –, mas também nas situações de layoff.

O dia de ontem no Parlamento voltou a ficar marcado pelos votos que permitiram aumentar as chamadas coligações negativas, com alterações à pro-



Trabalhadores cujas empresas recorram ao layoff devido à crise originada pela pandemia vão ter direito a receber os seus salários na íntegra

posta do Orçamento do Estado sem o apoio do PS, o partido do Governo.

No segundo dia de votações na especialidade, e até à hora de fecho desta edição, as ditas coligações negativas ultrapassaram as três centenas, contando com as 21 propostas de alteração que na última sexta-feira passaram sem o apoio dos socialistas. Segundo o Ministério das Finanças, só as alterações do primeiro dia de votações terão um custo orçamental de 21 milhões de euros. ●*COM S.P.



Escolas vão ter mais auxiliares. Medida foi proposta pelo PCP e teve aval do PS

3000 funcionários vão reforçar as escolas públicas

➤ O PS apoiou o PCP ao votar a contratação no presente ano letivo, por tempo indeterminado, de 3000 trabalhadores para as escolas públicas. A medida teve voto contra do Iniciativa Liberal, abstenção do PSD e CDS e o voto favorável dos restantes partidos. ●



PROSTITUIÇÃO | PROJETO-PILOTO

A deputada não inscrita Cristina Rodrigues indicou ter recebido a concordância do Governo em relação a algumas das propostas de alteração que quer ver inscritas no Orçamento. A mesma deputada anunciou um projeto-piloto que visa "conhecer, compreender e avaliar a realidade da prostituição no País".



SAÚDE | MAIS PESSOAL
FOI APROVADO O CALENDÁRIO
PARA O GOVERNO CONTRATAR
2100 PROFISSIONAIS DE SAÚDE
POR SEMESTRE, NO PRÓXIMO
ANO, FAZENDO UM TOTAL DE
4200 AO LONGO DE 2021.

JOACINE | LEI ORGÂNICA DA PJ

Foi aprovada uma proposta da deputada não inscrita Joacine Katar Moreira que obriga o Governo a regulamentar a Lei Orgânica e o Estatuto de Pessoal da Polícia Judiciária no primeiro semestre de 2021. O PS votou contra, assim como o Chega. O CDS absteve-se, mas os votos favoráveis dos restantes partidos chegaram para aprovar.



PME com linha de 750 milhões para apoio à tesouraria

As pequenas e médias empresas (PME) vão contar a partir de março com uma linha de crédito de apoio à tesouraria no montante de 750 milhões de euros. A medida, proposta pelo PEV, foi aprovada ontem por unanimidade. O reembolso do financiamento terá um prazo máximo de até dez anos, com 18 meses de carência de capital, e destina-se a PME em situação de crise, desde que não reduzam os postos de trabalho que apresentavam a 1 de outubro de 2020.



Apoio destina-se a empresas mais pequenas. Foi votado por unanimidade

MAIS 105 INSPETORES PARA A JUDICIÁRIA

A proposta governamental para abertura de concursos na Polícia Judiciária (PJ) para contratação de 105 efetivos, entre inspetores da carreira de investigação criminal e especialistas de polícia científica, foi aprovada.

PORMENORES

Museus à borla

Foi aprovado por toda a esquerda e pelo PSD contra o PS, "a gratuidade no acesso aos museus e monumentos nacionais para todos os jovens até aos 18 anos e aos estudantes do Ensino Superior".

Vítimas de abuso sexual

Uma proposta do PAN reforça o acompanhamento de vítimas de abuso sexual e intervenção com jovens agressores, estabelecendo uma rede nacional de respostas especializadas.

Mais 400 camas de UCI

O Partido Ecologista 'Os Verdes' conseguiu a viabilização parcial de uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2021 que implica a criação de 400 novas camas em Cuidados Intensivos.

Termas comparticipadas

A proposta do PSD relativamente à comparticipação de tratamentos termais foi aprovada. "Mantém-se em vigor, no ano de 2021, o regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termais prescritos nos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde."

Cheque-farmácia vetado

A proposta do CDS-PP de criar um cheque-farmácia para ajudar os idosos mais carenciados foi chumbada. O deputado João Almeida disse que existem muitos idosos que têm que escolher entre "remédios ou alimentos".

ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO



António Mendonça Mendes disse que o Governo ia negociar mudanças no SNS, mas chumbou as propostas do BE

Governo finta Bloco depois de prometer cedências no SNS

Foi ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que coube a tarefa de estender a mão às exigências do Bloco de Esquerda (BE). Logo ao início da manhã, quando começaram a ser discutidas as propostas de alteração ao Orçamento para 2021, António Mendonça Mendes afirmava que o Governo estava disponível "para melhorar ainda mais a aposta no Serviço Nacional de Saúde". "Iremos acompanhar algumas das medidas que podem tornar ainda melhor a capacidade de resposta de Cuidados de Saúde Primá-

rios e equipamentos hospitalares." O que o governante não disse foi que medidas o Executivo tencionava deixar passar. E o que se tornou claro ao longo do

CATARINA MARTINS DIZ SER "LAMENTÁVEL" OPS NÃO VOTAR NADA DO BE

dia é que nenhuma das propostas do BE teria luz verde.

Após a coordenadora do BE reconhecer essa má vontade, Catarina Martins afirmou ontem ser "lamentável" que, até ao momento, os socialistas não

tenham aprovado uma única alteração bloquista ao Orçamento do Estado, registando "com enorme preocupação que o PS tenha voltado a chumbar, com a abstenção da direita, a autonomia dos hospitais do SNS para fazerem contratações". Embora não possa "fazer mais do que registar que o PS continua a insistir em medidas que não respondem à situação", Catarina Martins garantiu que "o Bloco mantém a esperança que as votações na especialidade possam ainda trazer alguma novidade substancial".

Apoio a clientes sem valor acrescentado

Os deputados aprovaram a proposta do PAN que impede os fornecedores de bens e prestadores de serviços de disponibilizar números especiais de valor acrescentado com o prefixo '7', para contacto telefónico dos consumidores ou "apenas números especiais".



Acabam os números especiais



Corporações vão ter uma verba adicional de três milhões de euros

Mais dinheiro para distribuir pelos bombeiros

As corporações de bombeiros voluntários vão receber uma verba adicional de três milhões de euros em 2021 para fazer face aos constrangimentos financeiros devido à pandemia de Covid-19, após a aprovação de uma proposta do PS no âmbito do Orçamento.

EUROMILHÕES
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA
TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS SANTA CASA
#Ganhamostodos
JOGOS.SANTACASA.PT

TERÇA-FEIRA 24/11/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

ORÇAMENTO DO ESTADO

**GARANTIDO
LAYOFF
A 100%
PARA TODOS**

P.4 E5

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTAVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS. ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

VIGILANTE SEQUESTRADO

**DUPLA LEVA
DINHEIRO
E COFRE
DO ACP**

P.16

MÉDICO CARDIOLOGISTA CONDENADO À CADEIA POR RECEITAS FALSAS

SNS ALVO DE BURLA | **PENA SUSPensa PARA MAIS 4 CLÍNICOS. FARMACÉUTICA TAMBÉM VAI PRESA** P.22

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.6 A 15

PRIVADOS RECUSAM TOLERÂNCIA DE PONTO

APELO DE COSTA NA GAVETA. EMPRESAS SEM CAPACIDADE PARA AGUENTAR PARAGENS

TESTES À COVID-19 ESQUECEM FAMÍLIAS

**SONDAGEM REVELA
QUE MAIORIA CONCORDA
COM AS RESTRIÇÕES**

**LEI QUE DÁ LUZ VERDE
AO PCP IMPEDE REUNIÃO
DOS ADVOGADOS**

**CASAS SEM CONDIÇÕES
OBRIGAM A INTERNAR
DOENTES**

**VACINA QUE VEM
PARA PORTUGAL
TEM 70% DE EFICÁCIA**

VIDAS P.41 A 45

**UNIDOS
ANDREIA
ORGULHOSA**

"Parabéns,
meu amor"

**DECOTE
SEXY
DE AUREA
ARRASA
EM GALA**

CONTAS P.34

Benfica

**LUCAS
VERÍSSIMO
SÓ VEM
POR
EMPRESTIMO**

**Precisa de
dinheiro?**

Conheça a venda
sem opção de compra!
Pode vender a teu carro
e voltar a comprá-lo,
pagando apenas
24 vezes
prestações.

VOC 24

Valores

808 256 737

www.valores.pt

CM REVELA DECISÃO DA ERC P.40

**Regulador trava
Mário Ferreira na TVI**

ATROPELAMENTOS P.20

**Um quinto dos peões
mortos tinha álcool**

**A PRECISÃO DO CORTE
EM CADA PRATO.**

CONJUNTO DE FERRAMENTAS PARA CORTAR

Faca de Legumes 13 cm

1ª Entrega
6ª feira, dia 27

Preço de lançamento
3,95€ + jornal

SACAVERNENSE 1 | 7 SPORTING
P.33

LEÃO QUER JAMOR

EQUIPA DE AMORIM CONTINUA A BRILHAR

CUF | SINDICATO ACUSA GRUPO

O grupo CUF é acusado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Call Center (STCC) de incumprimento do estado de emergência, ao manter cerca de 80 funcionários a trabalharem presencialmente. A empresa rejeita as acusações feitas pelo sindicato.





HOSPITAL DE VISEU



Unidade de Viseu não aponta uma data concreta para regressar à normalidade

Aumento de infetados suspende cirurgias

G O Hospital de Viseu dedica agora todo o sétimo piso a doentes internados por Covid-19. São quatro enfermarias, para um total de 87 doentes. Há

UNIDADE ABRIU QUARTA ENFERMARIA E TEM, NO TOTAL, 95 INTERNADOS

ainda oito internados na Unidade de Cuidados Intensivos. Por causa deste aumento do número de infetados, a administração decidiu suspender as cirurgias programadas que não sejam prioritárias e envolvam inter-

namento hospitalar. A unidade hospitalar garante a realização de cirurgias prioritárias e muito prioritárias e todas as cirurgias urgentes. Vai ainda ser mantida a atividade de cirurgia de ambulatório em Viseu e Tondela, bem com o funcionamento dos hospitais de dia.

“Sei que o mesmo acontece em outras hospitais, como o Garcia de Orta, em Almada. Estão a morrer mais pessoas e mais cedo e isso é muito preocupante”, diz Roque da Cunha, secretário-geral do Sindicato Independente de Médicos. ●T.V.P.

EUROMILHÕES
Acras escintificas de um dia para o outro

ESTA
TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS
SANTA CASA
#Ganhamestodos
JOGOS.SANTACASA.PT

TERÇA-FEIRA 24/11/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

ORÇAMENTO DO ESTADO

**GARANTIDO
LAYOFF
A 100%
PARA TODOS**

P.4 E5

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTAVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS. ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

VIGILANTE SEQUESTRADO

**DUPLA LEVA
DINHEIRO
E COFRE
DO ACP**

P.16

MÉDICO CARDIOLOGISTA CONDENADO À CADEIA POR RECEITAS FALSAS

SNS ALVO DE BURLA | **PENA SUSPensa PARA MAIS 4 CLÍNICOS. FARMACÉUTICA TAMBÉM VAI PRESA** P.22

ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.6 A 15

PRIVADOS RECUSAM TOLERÂNCIA DE PONTO

APELO DE COSTA NA GAVETA. EMPRESAS SEM CAPACIDADE PARA AGUENTAR PARAGENS

TESTES À COVID-19 ESQUECEM FAMÍLIAS

**SONDAGEM REVELA
QUE MAIORIA CONCORDA
COM AS RESTRIÇÕES**

**LEI QUE DÁ LUZ VERDE
AO PCP IMPEDE REUNIÃO
DOS ADVOGADOS**

**CASAS SEM CONDIÇÕES
OBRIGAM A INTERNAR
DOENTES**

**VACINA QUE VEM
PARA PORTUGAL
TEM 70% DE EFICÁCIA**

VIDAS P.41 A 45

**UNIDOS
ANDREIA
ORGULHOSA**

"Parabéns,
meu amor"

**DECOTE
SEXY
DE AUREA
ARRASA
EM GALA**

CM REVELA DECISÃO DA ERC P.40

**Regulador trava
Mário Ferreira na TVI**

ATROPELAMENTOS P.20

**Um quinto dos peões
mortos tinha álcool**

**A PRECISÃO DO CORTE
EM CADA PRATO.**

CONJUNTO DE FERRAMENTAS PARA CORTAR

Faca de Legumes 13 cm

1ª Entrega
6ª feira, dia 27

Preço de lançamento
3,95€ + jornal

SACAVENENSE 1 | 7 SPORTING
P.33

LEÃO QUER JAMOR
EQUIPA DE AMORIM CONTINUA A BRILHAR

CONTAS P.34

Benfica

**LUCAS
VERÍSSIMO
SÓ VEM
POR
EMPRESTIMO**

**Precisa de
dinheiro?**

Conheça a venda
sem opção de compra
Pode vender a teu custo
e voltar a comprá-lo,
pagando apenas
24 vezes
prestações.

VOC 24

Valores

808 256 737

WWW.VALORES.PT

**CORREIO DA
EDUCAÇÃO**Mário
Nogueira

SECRETÁRIO-GERAL DA FENPROF



Inoperância

A incapacidade dos responsáveis do Ministério da Educação para a importante função governativa que desempenham está presente, até, na forma como lidam com as organizações sindicais, sejam de docentes ou de outros trabalhadores das escolas, rejeitando o diálogo e bloqueando a negociação. Para esses governantes, ainda que a lei imponha, não cumprem; ainda que a democracia obrigue, não ligam; ainda que o respeito recomende, não observam.

Uma incapacidade que também se expressa na falta de resposta para problemas que se arrastam e agravam. Em tempo de debate e votação do Orçamento do Estado nem uma só medida foi negociada,

OS PROFESSORES TERÃO DE SER OS PRIMEIROS A INDIGNAREM-SE

com vista a rejuvenescer a profissão, a valorizá-la, a garantir estabilidade aos seus profissionais ou a melhorar as condições de trabalho; em tempo de pandemia, apesar de todas as recomendações que se repetem, nada é feito para superar a insuficiência das medidas de prevenção e segurança sanitária; apesar da gravidade de problemas como a falta de professores nas escolas, é total a inoperância para lhes pôr cobro.

Face a este quadro, que se arrasta há meses, os professores não podem ficar indiferentes, deixando correr a tinta como se nada acontecesse. Eles terão de ser os primeiros, como profissionais que são, a indignarem-se, a protestar e a exigir. À falta de abertura do ME para o diálogo, resta-lhes o caminho da luta. ●



Pandemia. Van Dunem garante que a situação está “controlada” nas prisões

Marcelo está preocupado com aumento do número de casos. PSD diz que a situação é “alarmante”.

LUIS CLARO
luis.claro@ionline.pt

O Presidente da República está preocupado com o aumento do número de casos de covid-19 nos estabelecimentos prisionais, mas recebeu a garantia de que a situação está controlada. O PSD alerta que a situação é “grave” e crítica a falta de firmeza do Governo perante a polémica sobre o uso de máscara. Os últimos dados apontam para a existência de 435 casos ativos: 351 reclusos e 84 funcionários.

Marcelo Rebelo de Sousa chamou a Belém as ministras da Justiça e da Saúde para conhecer os planos do Governo e pedir articulação no combate à pandemia dentro das prisões.

A ministra da Justiça garantiu que “a situação está totalmente controlada”. O uso de máscara foi um dos temas abordados. Os serviços prisionais admitiram que “a questão do

uso generalizado de máscara no interior da zona prisional é complexa”. E o diretor-geral dos serviços prisionais, Rómulo Mateus, admitiu, em entrevista ao *Expresso*, ter “muitas dúvidas sobre o sucesso do uso de máscara no interior da zona prisional”.

Francisca Van Dunem explicou, à saída da reunião com o Presidente da República, que os serviços prisionais estão à espera do parecer da Direção Geral de Saúde. Atualmente, o uso de máscara não é obrigatório no “interior da área prisional”, mas apenas quando os reclusos se deslocam para os serviços de saúde ou para as aulas.

No entanto, as regras em meio prisional poderão sofrer alterações. Graças Freitas garantiu que está a trabalhar com os serviços prisionais para “fazer uma orientação sobre a utilização de máscaras em ambiente priso-

nal”. A orientação “ainda está a ser trabalhada”, disse a diretora-geral de saúde.

Jorge Alves, presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Nacional, disse, em declarações à RTP, que não consegue “compreender a teimosia” do diretor-geral dos serviços

**Serviços prisionais
aguardam decisão
das autoridades
de saúde sobre
uso de máscara**

**PSD acusa
Governo de falta
de firmeza por não
dar instruções
claras às prisões**

prisionais e alerta que esta situação pode “colocar em causa a saúde e a segurança de todos”.

PSD ATACA GOVERNO O PSD considera que o surto nas cadeias portuguesas “parece estar descontrolado, os números sobem todos os dias e a situação, que é deveras alarmante, pode vir a transformar-se numa tragédia”. Num requerimento enviado à ministra da Justiça, os sociais-democratas questionam se “existe ou não um plano de contingência” e se o Governo vai acatar “a recomendação da Direção-Geral de Saúde para o uso de máscara no interior dos estabelecimentos prisionais”.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Carlos Peixoto, disse, em conferência de imprensa, que o Governo “está sem rei nem roque”.

O PSD acusou o executivo de falta de firmeza e de não ter dado “instruções claras” aos ser-

viços prisionais. “O Presidente da República está, neste caso em concreto, a fazer de primeiro-ministro. Chamou a ministra da Saúde e da Justiça para explicarem o que o primeiro-ministro, colocando a cabeça na areia, não consegue explicar”, afirmou Carlos Peixoto.

“Esperamos que a conversa que o Presidente da República tenha com as ministras resolva a questão. Se não resolver a questão cada uma das ministras terá de explicar o que está a fazer perante uma situação destas. O que nos importa é que haja segurança sanitária dentro das prisões” afirmou.

O partido defende que “os reclusos cada vez que saem em precárias têm de ser submetidos a testes de diagnóstico e devem ser confinados em instalações dos estabelecimentos prisionais ou se isso não for possível noutras instalações com condições pessoais sanitárias asseguradas”.



Ministra da Justiça aguarda parecer da DGS sobre uso de máscara

BRUNO GONÇALVES



1,50 € // Terça-feira, 24 novembro 2020 // Ano 11 // Diário // Número 3346 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves



Cuidados intensivos no limite de segurança. “É inseguro e má ideia reduzir mais as camas de doentes não covid”

Colégio de Medicina Intensiva da Ordem dos Médicos admite que o aumento da procura possa levar a dificuldades na disponibilidade de recursos, “colocando os intensivistas em cenários de grande complexidade ética”, lê-se no parecer a que o *i* teve acesso // PÁGS. 2-5

FILHO DE ANTÓNIO COSTA PAGA TÁXIS PARA LEVAREM REFEIÇÕES AO DOMICÍLIO

O presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique comunicou pessoalmente a alguns restaurantes que o organismo se encarregará de pagar a conta. Junta segue exemplo de outros autarcas que optaram por este caminho // PÁG. 32

Racismo. Mamadou Ba diz que se acusação não fosse grave era “cómica”

Ativista defende que afirmação sobre o genocídio dos brancos era uma metáfora // PÁG. 8



GUERRA CIVIL NA ETIÓPIA

Ana Gomes, amada por uns e odiada por outros // É conhecida no país como Hanna Gobeze, qualquer coisa como “a corajosa” // A candidata apontou críticas a Tedros Adhanom Ghebreyesus // “Como ministro de topo de uma ditadura brutal, ele nunca deveria ter sido votado para a liderança da OMS” // PÁGS. 16-21

Autoeuropa.
Sindicato
questiona
sobrecarga
de trabalho

// PÁG. 12

Ensino. Colégios
privados
podem abrir
nas pontes
dos feriados

// PÁG. 11

Alemanha.
Governo quer
vacinação contra
a covid já
em dezembro

// PÁG. 14

Pandemia.
Ministra garante
que situação
está “controlada”
nas prisões

// PÁG. 6

Jan Morris.
Nasceu rapaz
e foi pioneira
na mudança
de sexo

// PÁGS. 26-27



Fábrica de Palmela vai produzir sete mil carros em dezembro

BRUNO GONÇALVES

Autoeuropa. Sindicato questiona sobrecarga depois de despedimento

Em causa está a saída de 120 trabalhadores com contrato a prazo na área da carroçaria. Fábrica vai reduzir produção em dezembro.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

O despedimento de 120 trabalhadores a contrato a prazo na Autoeuropa está a provocar descontentamento junto do sindicato SITE SUL. "Despediram trabalhadores na área das carroçarias, na zona do *doors-to-body* e carregam em cima de nós", revelam num comunicado a que o *i* teve acesso. Face a este cenário, a estrutura sindical "exige da administração respostas e a resolução do problema no imediato, para preservar a saúde e as condições de trabalho".

A comissão sindical do SITE Sul na VW Autoeuropa afirma ainda ter tido conhecimento que

com esta falta de trabalhadores "as horas das refeições e das pausas são constantemente alteradas, há equipamentos novos que já deveriam estar a funcionar e continuam parados, os ritmos de trabalho são cada vez mais intensos e insuportáveis para quem passa oito horas na linha e que não é possível pedir dias de férias em dias de compensação ou *downdays*".

Uma situação que, segundo a estrutura, é uma "situação inadmissível e, no sentido de preservar a saúde e as condições de trabalho", colocou várias questões à administração: "Quando os trabalhadores estiverem afetados por problemas de saúde devido ao agravamento

dos ritmos e das condições de trabalho, quem se vai responsabilizar por isso; Como pensa a VW Autoeuropa resolver este problema, tendo em conta as consequências que advirão, mais cedo ou mais tarde, do agravamento continuado do trabalho destes trabalhadores; Estará a administração da VW Autoeuropa realmente preocupada com os trabalhadores e o seu bem-estar no trabalho, a prevenção de doenças profissionais e a segurança? Ou será que pretende encerrar os trabalhadores como peças de uma mera engrenagem e depois descartá-los, quando tiverem problemas de saúde", questiona e, além de respos-

tas, o SITE Sul exige a resolução do problema no imediato.

SUSPENSÃO DE PRODUÇÃO A maior fábrica de automóveis do país e líder nas exportações industriais portuguesas, a Autoeuropa, vai suspender a produção durante 13 dias em dezembro, aos quais deverão ser adicionados outros 7 dias (feriados, dispensas de trabalho e dias de fim de semana).

A operação de Palmela só vai laborar durante 11 dias no mês que vem, ou seja, cerca de um terço dos 31 dias de dezembro.

Feitas as contas, de acordo com a Comissão de Trabalhadores (CT), vão ser aplicados os *downdays* coletivos entre 5 e 7 de dezembro, no fim de semana de 12 e 13 e de dia 19 até ao final do ano, sendo que os dias 24, 26, 27 e 31 são de férias e o dia 25 é feriado. De acordo com a nota da CT, a produção mensal da fábrica será reduzida em sete mil unidades, acrescentando que a "significativa redução da produção" constitui "uma situação que nos merece a maior atenção e preocupação".

Após um ano recorde, em que produziu quase 257 mil veículos, a Autoeuropa registava uma quebra de 28,4% em termos homólogos nos primeiros 10 meses do ano.



1,50 € // Terça-feira, 24 novembro 2020 // Ano 11 // Diário // Número 3346 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

EUROMILHÕES A criar económicos de um dia para o outro

ESTA TERÇA-FEIRA

143 MILHÕES

JOGOS SANTACASA #Ganhamostodos

TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2020



Cuidados intensivos no limite de segurança. “É inseguro e má ideia reduzir mais as camas de doentes não covid”

Colégio de Medicina Intensiva da Ordem dos Médicos admite que o aumento da procura possa levar a dificuldades na disponibilidade de recursos, “colocando os intensivistas em cenários de grande complexidade ética”, lê-se no parecer a que o *i* teve acesso // PÁGS. 2-5

FILHO DE ANTÓNIO COSTA PAGA TÁXIS PARA LEVAREM REFEIÇÕES AO DOMICÍLIO

O presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique comunicou pessoalmente a alguns restaurantes que o organismo se encarregará de pagar a conta. Junta segue exemplo de outros autarcas que optaram por este caminho // PÁG. 32

Racismo. Mamadou Ba diz que se acusação não fosse grave era “cómica”

Ativista defende que afirmação sobre o genocídio dos brancos era uma metáfora // PÁG. 8

GUERRA CIVIL NA ETIÓPIA

Ana Gomes, amada por uns e odiada por outros // É conhecida no país como Hanna Gobeze, qualquer coisa como “a corajosa” // A candidata apontou críticas a Tedros Adhanom Ghebreyesus // “Como ministro de topo de uma ditadura brutal, ele nunca deveria ter sido votado para a liderança da OMS” // PÁGS. 16-21

Autoeuropa. Sindicato questiona sobrecarga de trabalho

// PÁG. 12

Ensino. Colégios privados podem abrir nas pontes dos feriados

// PÁG. 11

Alemanha. Governo quer vacinação contra a covid já em dezembro

// PÁG. 14

Pandemia. Ministra garante que situação está “controlada” nas prisões

// PÁG. 6

Jan Morris. Nasceu rapaz e foi pioneira na mudança de sexo

// PÁGS. 26-27



EXAME PRÉVIO

Um estado de emergência renovado

O estado de emergência ganha maior dimensão a cada renovação e assume contornos cada vez mais repressivos, sendo algumas das suas medidas claramente injustificadas.



Luís Menezes Leitão

Na passada sexta-feira, o Parlamento aprovou a renovação do estado de emergência solicitado pelo Presidente da República, o que permitiu a publicação por este do correspondente decreto 59-A/2020, de Novembro. No sábado, o Governo publicou por sua vez o decreto 9/2020, de 21 de Novembro, de regulamentação do estado de emergência. No discurso de ambos foi abandonada de vez a verdadeira ficção de que Portugal viveria num "estado de emergência limitado e preventivo". O estado de emergência ganha maior dimensão a cada renovação e assume contornos cada vez mais repressivos, sendo algumas das suas medidas claramente injustificadas.

Salienta-se, em primeiro lugar, que o art.º 4.º, b) do decreto 59-A/2020 estabelece que "na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, pode ser imposto o confinamento compulsivo em estabelecimento de saúde, no domicílio ou, não sendo aí possível, noutro local definido pelas autoridades competentes, de pessoas portadoras do vírus SARS-CoV-2, ou em vigilância ativa". Neste momento, "as autoridades competentes" passam assim a poder decretar o encerramento em qualquer lugar de qualquer pessoa, desde que esteja em vigilância activa, nem sequer se exigindo que esteja infectada. Trata-se de uma profunda suspensão do direito à liberdade, o qual, nos termos do

art.º 27.º, n.º 3, h) da Constituição, apenas admite, em caso de doença, "o internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado, decretado ou confirmado por autoridade judicial competente".

No entanto, naturalmente que esta disposição não pode impedir o controlo efectivo destes casos de "confinamento compulsivo" pelos nossos tribunais. Efectivamente, o art.º 22.º, n.º 1, da lei 44/86, de 30 de Setembro, prevê expressamente que "com salvaguarda do que sobre esta matéria constar da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência quanto aos direitos, liberdades e garantias cujo exercício tiver sido suspenso ou restringido, nos termos da Constituição e da presente lei, os tribunais comuns mantêm-se, na vigência daqueles esta-

dos, no pleno exercício das suas competências e funções". O n.º 2 acrescenta que cabe aos tribunais "em especial, durante a mesma vigência, velar pela observância das normas constitucionais e legais que regem o estado de sítio e o estado de emergência".

Outra medida altamente preocupante é a constante do art.º 4.º, n.º 3, b) do decreto 59-A/2020, que prevê que "pode ser limitada a possibilidade de cessação dos vínculos laborais dos trabalhadores dos serviços e estabelecimentos integrados no SNS". Neste âmbito, o art.º 7.º, n.º 1 do decreto 9/2020 já estabeleceu que "durante o período de vigência do estado de emergência, suspende-se, temporária e excepcionalmente, a possibilidade de fazer cessar os contratos de trabalho de profissionais de saúde vinculados aos ser-

viços e estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da natureza jurídica do vínculo, quer por iniciativa do empregador, quer por iniciativa do trabalhador, salvo situações excepcionais devidamente fundamentadas e autorizadas pelo órgão dirigente". O art.º 7.º, n.º 2 acrescenta que esta disposição "aplica-se, ainda, à cessação de contratos individuais de trabalho por revogação ou denúncia e a cessação de contratos de trabalho em funções públicas mediante extinção por acordo, denúncia ou exoneração, a pedido do trabalhador".

Temos aqui agora uma suspensão total da liberdade de trabalho destes profissionais, garantida pelo art.º 47.º da Constituição, que curiosamente é publicada no Diário da República logo a seguir ao decreto do Presidente da República 59/2020, de 20 de Novembro, que ratifica o Protocolo à Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930, adoptado pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 103.ª sessão, realizada em Genebra a 11 de Junho de 2014. É difícil maior contradição quando, na mesma altura em que se ratifica um instrumento internacional contra o trabalho forçado ou obrigatório, se determina o trabalho obrigatório a toda uma classe de profissionais.

A cada renovação do estado de emergência vamos assistindo à retirada progressiva dos direitos fundamentais dos cidadãos portugueses. Esperemos que a nossa Constituição não venha a ser maior vítima desta pandemia.

*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Escreve à terça-feira, sem adopção das regras do acordo ortográfico de 1990*



Liberdade de trabalho dos profissionais do SNS foi totalmente suspensa



AMP garante que novo concurso protege motoristas do Grande Porto

MOBILIDADE Os postos de trabalho dos motoristas que atualmente operam na região no Grande Porto estão protegidos no atual concurso metropolitano para a concessão do transporte rodoviário, garante a Área Metropolitana do Porto. O procedimento, clarifica a entidade, “obriga” as futuras novas empresas a contratar “sempre em primeiro lugar os trabalhadores atuais”.

Cinco candidatos por dia a apoio para viver no interior

Emprego Interior MAIS dá até 4827 euros a quem sai do litoral. Mais de 500 candidatos em três meses e muitos são jovens com contratos sem termo

Delfim Machado
locais@jn.pt

TRABALHO Em apenas três meses, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) já recebeu 144 candidaturas ao programa que paga a quem for viver e trabalhar para o interior do país. As candidaturas recebidas nos primeiros 93 dias desde que o programa foi lançado, a 20 de agosto, abrangem 144 candidatos e 357 elementos do agregado familiar, num total de 501 pessoas, o que dá uma média de cinco por dia.

O Emprego Interior MAIS (Mobilidade Apoiada para um Interior Sustentável) é um mecanismo de correção das assimetrias regionais e destina-se a pessoas inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional. Cada candidato pode receber até 2632 euros de apoio, mais 877 euros de comparticipação nos custos de transporte de bens e até 1316 euros de majoração para os elementos do agregado familiar que também se mudem. Na prática, um casal com filhos pode conseguir uma verba direta de 4827 euros se mudar a vida profissional do litoral para o interior.

40% DE JOVENS

Os dados cedidos ao JN pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social demonstram que “cerca de 40% dos candidatos têm menos de 34 anos” e que dois terços das candidaturas “são de pessoas que encontraram trabalho por conta de outrem no interior”. Há ainda 26% que criaram o próprio emprego e 7% criaram mesmo uma empresa. Mais de 40% dos trabalhadores por conta de outrem assinaram contrato sem termo.

O compromisso de tornar o território mais coeso e inclusivo através de medidas que apoiem a fixação de residentes no interior consta do programa do Governo e traduziu-se, inicialmente, pelo apoio ao regresso de emigrantes a Portugal. Este ano, o “Regressar” já aprovou 160 candidaturas desde fevereiro, correspondentes a um total de 374 emigrantes (160 candidatos mais 214 elementos do agregado familiar).●



Filipa Figueiredo investiga o ciclo de vida e o design de produtos e serviços

REPORTAGEM

“É bom conseguir potenciar aqui a investigação”

Filipa Figueiredo voltou à terra natal após ter ido estudar para Coimbra e teve uma ajuda do IEFP de cerca de 3200 euros. Não pensa abandonar

OLIVEIRA DO HOSPITAL Há um ano, Filipa Figueiredo vivia e trabalhava em Guimarães, hoje é investigadora do Cecolab, um laboratório colaborativo para a economia circular, em Oliveira do Hospital. Aos 32 anos, a pós-graduada em Engenharia do Ambiente, tinha projetado a vida pessoal e profissional para o litoral norte, mas a oportunidade de emprego certa, aliada à chance para regressar às origens, fez-na aceitar o desafio com a ajuda do programa Emprego Interior MAIS.

É que Filipa é uma dos milhares de jovens que todos os anos saem do interior para estudar no litoral. Oriunda de Oliveira do Hospital, cedo saiu para se formar em Coimbra, onde também começou a vida profissional. De Coimbra foi para Guimarães e agora regressa a casa

para ficar. “O objetivo é mesmo ficar em Oliveira do Hospital. É bom conseguir potenciar a investigação do interior”, assume.

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Desde que saiu de Coimbra que Filipa não trabalhava em investigação científica. No Cecolab também aproveitou para voltar a fazer o que gosta na área em que se formou: “Vim para desempenhar funções de investigação, na área ligada com o ciclo de vida e o eco-design de produtos e serviços. O que se pretende é uma nova abordagem aos processos produtivos, dar uma nova vida aos resíduos”.

Ou seja, Filipa está a ajudar o país a passar de uma economia que é geradora de resíduos para outra em que se minimiza ao máximo a sua produção e eles sejam

vistos como subprodutos que entram novamente no meio produtivo. Para isso, assinou em fevereiro um contrato de trabalho a termo incerto com a duração previsível de 12 meses, mas o horizonte temporal do trabalho que está a desenvolver é de cinco anos. O IEFP apoiou com 3159 euros.

O desejo de Filipa sempre foi regressar à terra onde nasceu, mas o objetivo só estava planeado para um futuro mais longínquo. O apoio do Emprego Interior MAIS e o aparecimento da oferta de emprego certa foram os incentivos que aceleraram a decisão: “Foi um incentivo à mobilidade, porque no fundo permitiu-me o retorno a uma atividade de trabalho ligada à investigação e o regresso às minhas origens”.●

SAIBA MAIS

913 mil euros

Os programas Emprego Interior Mais e Regressar já aprovaram um total de apoios de 913 mil euros, divididos entre 206 mil no primeiro e 707 mil no segundo.

Zonas de interior

A classificação das zonas de interior está na portaria 208/2017. São 165 concelhos, mais 75 freguesias de interior em concelhos do litoral.

Data do contrato

Os candidatos devem mudar a residência para o interior nos 90 dias consecutivos anteriores ou posteriores ao início do contrato de trabalho. São elegíveis contratos desde 1 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

JN

Jornal de Notícias

Esquerda junta-se à Direita e dificulta contas a Costa

Coligações negativas no Orçamento trocam voltas ao Executivo P. 18

Congresso do PCP
PSD e CDS não ajudam
Chega a mudar a lei P. 11

Feira Fábrica vai produzir calçado para a Louis Vuitton P. 26

Emprego Incentivos no Interior atraem cinco candidatos por dia P. 27

Filipa Figueiredo, investigadora

Justiça MP altera acusação para punir desvios em IPSS P. 18

Receitas falsas Médico e farmacêutica em prisão efetiva P. 22

Porto Novo parque de Campanhã ganha jardins e hortas P. 24

Taça Sporting esmaga Sacavenense (7-1) e segue em frente P. 42

Justiça protege 27 pessoas em perigo de vida

Sistema dá nova identidade a testemunhas e familiares que ajudam a prender criminosos

Rui Pinto, que aceitou colaborar com as autoridades, é um dos que estão a beneficiar do programa P. 4 e 5



Pais à espera de saber se têm apoio do Estado

Governo ainda não esclareceu se as famílias que fiquem com os filhos a 30 de novembro e a 7 de dezembro veem as faltas justificadas P. 6

Vacinas
Grupos de risco estão dependentes do que Europa vier a decidir

Processo pode estar concluído no final do ano P. 8

Mobilidade
Confinamento aliviado nos dias anteriores aos feriados

Obrigações de ficar em casa a partir das 13 horas não se aplica P. 7

Inovação
Hotéis criam ofertas no teletrabalho com piscina e ginásio

Unidades de luxo pedem entre 49 e 75 euros diários P. 10

PUBLICIDADE

Valores
especialistas em OURO

Cada vez mais próxima de si

JÁ ABRIU LISBOA AV. NOVAS

Av. Barbosa Du Bocage, 1208, fração A, 1050-033 Lisboa
T. 216 014 967

1º Franchising 800 (256 737) info@valores.pt www.valores.pt



Projeto já arrancou com 15 trabalhadoras, mas o objetivo é chegar às 200 pessoas

Luxo francês investe no calçado em Santa Maria da Feira

São João de Ver é a mais recente aposta da Atepli, que produz para a Louis Vuitton. Está a recrutar

Ilídia Pinto

ilidia.pinto@dinheirovivo.pt

INVESTIMENTO A Atepli – Ateliers de Portugal, Lda está a instalar-se em São João de Ver, Santa Maria da Feira, para aí produzir componentes de calçado. E está a contratar. O objetivo, numa primeira fase, é chegar aos 100 funcionários, número que pretende duplicar. As primeiras 15 terminaram a formação inicial e estão a laborar.

A empresa, que se assume como estando “integrada num dos maiores grupos multinacionais de produtos de luxo, presente em mais de 60 países”, está presente em Portugal desde 2011, com fábricas em Ponte de Lima, onde se instalou inicialmente, mas também em Lousada e Penafiel. A unidade de Penafiel, a mais recente, representou um investimento de 6,5 milhões de euros, com o objetivo de criar 300 postos de trabalho. Unidade essa que foi concluída já este ano, com uma área bruta de construção de mais de 7000 metros quadrados.

Agora, a Atepli está a apostar em Santa Maria da Feira. O presidente do Município divulgou, na sua página oficial do Facebook, que a empresa está a recrutar colaboradores com ou sem experiência no setor do calçado. Uma rápida pesquisa na Internet mostra várias referências à Louis Vuitton

NEGÓCIO

Mão de obra no país

No total, a Atepli tem já mais de 750 trabalhadores em Portugal, nas suas unidades de Ponte de Lima, Lousada e Penafiel, e agora Santa Maria da Feira.

Montante aplicado

Sobre o investimento associado, o presidente da Câmara de Santa Maria da Feira, Emídio Sousa, diz desconhecer, mas admite que, entre o terreno, a construção e o equipamento necessário, “estaremos sempre a falar, grosso modo, em qualquer coisa como 10 milhões de euros”.

em anteriores notícias publicadas sobre a expansão da Atepli em Portugal mas, questionado sobre o investidor, Emídio Sousa recusou entrar em pormenores, dado o compromisso de sigilo a que está obrigado.

Reiterou, apenas, tratar-se de uma multinacional francesa, integrada “num dos maiores grupos de luxo”, e que está a negociar a compra de um lote de 20 mil metros quadrados no concelho para aí construir uma unidade de raiz. No imediato, optou por instalações arrendadas e recorreu à Autarquia para apoiar no processo de recrutamento, através da Agência Local em Prol do Emprego.

O JN/Dinheiro Vivo tentou contactar a empresa, mas sem sucesso. No entanto, na sua página no Facebook, a Atepli assinalou o arranque do “novo atelier” de Santa Maria da Feira, com as primeiras 15 pessoas. “Um dia seremos mais de 200”, garante na mesma publicação, dando conta que continua a aceitar candidaturas de pessoas “com experiência em costura de calçado”. ●

JN

Jornal de Notícias

Esquerda junta-se à Direita e dificulta contas a Costa

Coligações negativas no Orçamento trocam voltas ao Executivo P. 18

Congresso do PCP
PSD e CDS não ajudam
Chega a mudar a lei P. 11

Feira Fábrica vai produzir calçado para a Louis Vuitton P. 26

Emprego Incentivos no Interior atraem cinco candidatos por dia P. 27

Filipa Figueiredo, investigadora

Justiça MP altera acusação para punir desvios em IPSS P. 18

Receitas falsas Médico e farmacêutica em prisão efetiva P. 22

Porto Novo parque de Campanhã ganha jardins e hortas P. 24

Taça Sporting esmaga Sacavenense (7-1) e segue em frente P. 42

Justiça protege 27 pessoas em perigo de vida

Sistema dá nova identidade a testemunhas e familiares que ajudam a prender criminosos

Rui Pinto, que aceitou colaborar com as autoridades, é um dos que estão a beneficiar do programa P. 4 e 5



Pais à espera de saber se têm apoio do Estado

Governo ainda não esclareceu se as famílias que fiquem com os filhos a 30 de novembro e a 7 de dezembro veem as faltas justificadas P. 6

Vacinas
Grupos de risco estão dependentes do que Europa vier a decidir

Processo pode estar concluído no final do ano P. 8

Mobilidade
Confinamento aliviado nos dias anteriores aos feriados

Obrigações de ficar em casa a partir das 13 horas não se aplica P. 7

Inovação
Hotéis criam ofertas no teletrabalho com piscina e ginásio

Unidades de luxo pedem entre 49 e 75 euros diários P. 10

PUBLICIDADE

Valores
especialistas em OURO

Cada vez mais próxima de si

JÁ ABRIU LISBOA AV. NOVAS

Av. Barbosa Du Bocage, 1208, fração A, 1050-033 Lisboa
T. 216 014 967

1º Franchising 800 (256 737) info@valores.pt WWW.VALORES.PT



Manifestação no Porto pelo SNS

PROTESTO A União dos Sindicatos do Porto concentrou-se junto ao Centro de Saúde do Covelo e da Loja do Cidadão, no Porto, “em defesa das funções sociais do Estado”. Em protesto, exigiu a valorização do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e melhores condições de trabalho.

OE 2021

PS cede e propõe salário a 100% em qualquer lay-off

A nova versão do PS sobre a proposta que inicialmente só abrangia o chamado "apoio à retoma" prevê agora que também o lay-off clássico do Código do Trabalho e o lay-off simplificado sejam pagos a 100%. É uma das exigências dos comunistas.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

caterinapereira@negocios.pt

FILOMENA LANCA

filomenalanca@negocios.pt

Numa tentativa de aproximação ao PCP, que assumiu um papel aparentemente decisivo para a viabilização do Orçamento do Estado para 2021, o PS substituiu uma das suas propostas: em 2021, tanto o chamado "apoio à retoma" como outros que lhe sucedam, o lay-off clássico do Código do Trabalho ou o lay-off simplificado, devem garantir que o trabalhador tem "assegurado integralmente a sua retribuição normal ilíquida", até a um valor correspondente a três salários mínimos.

A proposta original do PS só garantia o salário pago a 100% no caso do chamado "apoio à retoma". Mas não abrangia nem o lay-off simplificado nem o lay-off clássico do Código do Trabalho, nem outros que venham a suceder o primeiro.

Nasemana passada, depois de o jornal Público ter noticiado que o Governo teria afinal disponibilidade para alargar a garantia de salário pago a 100% a todos os regimes de lay-off, o líder parlamentar do PCP exigiu, em declarações ao Negócios, mais garantias. "Temos uma proposta que corresponde ao objetivo. A proposta do PS não corresponde", disse na altura João Oliveira.

A nova proposta do PS prevê que em 2021 "os trabalhadores abrangidos pelo apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, previsto no Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, e pelo apoio extraordinário



António Cotrim/Lusa

O PCP também propõe ao Governo a criação de um fundo público que comparta o pagamento de salários nas pequenas e médias empresas.

rio à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial, previsto no Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho, ou outros que lhes sucedam, e pela redução ou suspensão em situação de crise empresarial, nos termos dos artigos 298.º e seguintes do Código do Trabalho, têm assegurado integralmente a sua retribuição normal ilíquida até a um valor igual ao triplo da Retribuição Mínima Mensal Garantida". O montante pago em lay-off é depois sujeito a descontos de TSU e a impostos.

O PS não explica quem vai garantir a retribuição. O PCP pro-

põe a criação de um fundo público que comparta o pagamento de salários nas micro, pequenas e médias empresas.

As duas propostas deverão ser votadas esta terça-feira. Resta saber qual será a apreciação global feita pelos comunistas às cedências do PS. Esta segunda-feira as votações ainda decorriam à hora de fecho desta edição, mas o PS tinha ajudado a chumbar várias outras propostas do PCP. Isto um dia depois de o Governo ter revelado abertura para ir além dos 24 euros no aumento do salário mínimo ou nos aumentos da Função Pública, matérias que podem

ter algum peso nas negociações.

Lay-off clássico abrange 8,5 mil pessoas

O lay-off clássico do Código do Trabalho, que continua a permitir cortes de um terço no salário, chegou em outubro a 8.445 pessoas, dois terços das quais (66%) na modalidade de suspensão de contrato, com menos custos para o empregador. Embora o número de trabalhadores abrangidos tenha recuado ligeiramente face a setembro (-1%), está quase três vezes acima do que era registado em junho, antes do fim do lay-off simplificado.

Já o chamado "apoio à retoma", que veio em agosto substituir o lay-off simplificado com menos cortes salariais, e que só admite a modalidade de redução de horário (embora de 100% nalguns escalões), abrangeu 89 mil trabalhadores, de acordo com os dados divulgados há duas semanas por Ana Mendes Godinho, que no entanto não detalhou quantas pessoas foram abrangidas em cada mês. Já o lay-off simplificado, que na primavera superou 895 mil trabalhadores, está agora reservado às empresas obrigadas a encerrar, e abrangerá menos de mil trabalhadores. ■

negócios

negocios.pt

Terça-feira, 24 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4378 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Preços do imobiliário caem no próximo ano

Moody's antecipa queda de 2%. "Fim das moratórias poderá pressionar a venda forçada de imóveis", diz o líder da Associação de Avaliadores.

MERCADOS 20 a 22

Indústria

Maior centro europeu de microalgas nasce na Póvoa de Santa Iria

EMPRESAS 16 e 17

Media

Regulador suspende acionistas da dona da TVI

ÚLTIMA 32

Radar África

O que valem os bens arrestados por Angola?

Hélder Pitta Grós, PGR angolano, tem liderado o processo de recuperação de ativos.



ECONOMIA 14

Publicidade

Todos os trabalhadores em lay-off serão pagos a 100%

Parlamento aprova hoje proposta do PS que é vista como uma cedência ao PCP.

Ana Catarina Mendes lidera a bancada dos socialistas.

ECONOMIA 8

José Sena Goulão/Lusa

Empresas fazem planos para 2021 a pensar na recuperação

Maior parte das empresas está a construir os seus orçamentos só com base em projeções económicas e acreditam numa melhoria lenta. Poucas estão a considerar a existência de vacinas contra a covid-19.

PRIMEIRA LINHA 4 a 6

Sondagem: portugueses culpam portugueses pelo agravamento da pandemia

ECONOMIA 12

TANTO FADO

BARULHO QUE SE VU CANTAR O FADO

Se o teu fado tem alma, conquista um lugar em palco.

Inscrição já em edp.com/edptantofado



OE 2021

Governo promete discutir matérias laborais sem “posição fechada”

Sob pressão do PCP e Bloco para mudar as regras do tempo da troika, o Governo prometeu discutir em concertação social os temas que os sindicatos considerem importantes.

O secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, garantiu esta segunda-feira que o Governo está disponível para discutir as matérias laborais que têm vindo a ser questionadas pelos partidos de esquerda em sede de concertação social, e sem posições fechadas sobre o assunto. O governante falava durante o debate de especialidade do Orçamento do Estado para 2021 e estava a ser pressionado não só pelo BE, mas também pelo PCP.

“Esse documento, e as matérias nele inscritas, não limitam a discussão. Estamos totalmente disponíveis para com os parceiros sociais discutir essas matérias e aprofundar as alternativas mais adequadas para o mercado de trabalho”, disse Gabriel Bastos, sob ataque cerrado do BE e do PCP.

Depois de na sexta-feira o PS ter ajudado a chumbar seis medidas do pacote de propostas de alteração em matéria de legislação laboral do BE, o partido avocou quatro dessas iniciativas para discussão em plenário. Também o PCP trouxe as matérias laborais a debate no plenário desta manhã e venceu a necessidade de o Governo avançar nestes temas.

Entre outras matérias, a comunista Diana Ferreira frisou a importância de revogar a caducidade da contratação coletiva, de repor o princípio do tratamento mais favorável dos trabalhadores, as indemnizações por despedimento, e de “acabar de vez com a precariedade”.

Pelo BE, José Sisofo defendeu também a importância de alterar as regras do mercado laboral que foram deixadas pela troika e pelo Governo de Passos Coelho.

Perante a insistência da esquerda, o Governo e o PS têm remetido o assunto para outra sede



Miguel Baltazar

O Parlamento está a votar na especialidade alterações à proposta de OE.

de discussão que não a do Orçamento do Estado. Tiago Barbosa Ribeiro reafirmou essa disponibilidade, à semelhança do que tem sido dito por membros do Executivo e noutros debates parlamentares. Mas desta vez essa garantia não chegou.

A deputada do PCP questionou diretamente o Governo sobre se, nessa discussão futura, haverá abertura para revogar essas “normas gravosas”. Também os bloquistas desconfiaram da disponibilidade do Executivo para mudar

as regras laborais, já que no documento que o Governo redigiu para nortear a discussão em concertação social estas questões específicas colocadas pela esquerda não estão previstas.

Foi então que o secretário de Estado respondeu que o Governo não tem “qualquer posição fechada sobre estas matérias”, deixando em aberto a discussão sobre os temas que os parceiros sociais entenderem adequados, referindo-se especificamente aos sindicatos. ■ MARGARIDA PEIXOTO

Especialidade

Principais propostas da oposição aprovadas pelos deputados

Várias coligações negativas voltaram a traduzir-se esta segunda-feira na aprovação de propostas de alteração ao OE 2021 apresentadas pela oposição. A votação de medidas mais polémicas, caso das da saúde, foi adiada para terça-feira.

criação de linha de apoio à tesouraria para micro e pequenas empresas

Até ao final do mês do primeiro trimestre de 2021, o Governo procede à criação e à respetiva regulamentação, de uma linha de apoio à tesouraria destinado a providenciar crédito a micro e pequenas empresas, dotado de um montante até 750 milhões de euros. A medida resulta de uma proposta do PEV de alteração ao Orçamento do Estado para 2021 e foi aprovada esta segunda-feira no Parlamento apenas com a abstenção do PSD, Chega e Iniciativa Liberal. Os restantes partidos votaram favoravelmente. Um dos pontos da proposta, que previa que a taxa de juros da linha de apoio à tesouraria seria de 0%, foi no entanto rejeitado, com os votos contra do PS e abstenção dos restantes partidos. Assim, a taxa de juro terá posteriormente de ser regulamentada.

PROIBIDAS LINHAS DE VALOR ACRESCENTADO COMO ÚNICA FORMA DE CONTACTO DOS CLIENTES

As empresas e prestadores de serviços em geral ficam impedidos de ter números telefónicos de valor acrescentado como única forma de contacto com os seus clientes e consumidores em geral. Tratou-se de uma proposta do PAN de alteração ao OE 2021. Em causa estão as linhas telefónicas de atendimento aos clientes com o prefixo ‘7’ ou ‘30’ ou aos números azuis com o prefixo ‘808’. a proibição já existe para as entidades públicas e empresas que prestam serviços públicos essenciais e estende-se, assim, nomeadamente no âmbito dos contratos de seguro ou de prestação de serviços financeiros ou bancário.

OPOSIÇÃO APROVOU CINCO MILHÕES PARA O PINHAL DE LEIRIA

Contra a vontade do PS, que votou contra, a oposição aprovou uma proposta de alteração que prevê que ficam assegurados cinco milhões de euros para a recuperação e rearborezação do Pinhal de Leiria e de outras matas de gestão pública. A proposta partiu do PSD e do PEV e o produto resultante da venda da madeira ardida, nos últimos incêndios ocorridos no Pinhal de Leiria, é integralmente destinado à reforestação desta Mata Nacional. Serão também reforçados os meios humanos.

MULTAS EM DOBRO PARA FALTA DE LIMPEZA DAS MATAS

A proposta é do Governo e, num primeiro momento, foi aprovada uma proposta de alteração de Os Verdes que a eliminava. O Bloco de Esquerda veio entretanto corrigir o seu sentido de voto e portanto a proposta inicial ficou duplicando no próximo ano as coimas por falta de limpeza das matas.

ALARGADA GRATUIDADE DE ENTRADAS EM MUSEUS

Por proposta do PCP, o acesso aos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais sob tutela da Administração Central vai passar a ser gratuito para todos os cidadãos residentes em território nacional aos domingos e feriados.



Teletrabalho deixa ACT sem capacidade para outros problemas

Raquel Martins

Sindicato alerta que a actividade normal da Autoridade para as Condições do Trabalho está parada neste momento

O número de trabalhadores que pedem a intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho quando a empresa recusa adoptar o teletrabalho tem vindo a multiplicar-se, deixando os inspectores sem capacidade para responderem aos outros problemas do mercado de trabalho. O alerta é deixado por Carla Cardoso, presidente do Sindicato dos Inspectores do Trabalho (SIT), que questiona os efeitos práticos e imediatos para o trabalhador desta medida.

“Não tenho números concretos, mas não há um inspector que não tenha um ou dois processos”, adianta a presidente do sindicato, acrescentando que na zona de Lisboa, onde se concentram os serviços e a maioria das sedes das empresas, a situação é mais complicada.

“Não temos mãos a medir. Toda a actividade da ACT pára para nos dedicarmos ao controlo do teletrabalho obrigatório e esquecem-se os outros problemas”, alerta.

Desde 4 de Novembro, o teletrabalho é obrigatório, sempre que as funções em causa o permitam e o trabalhador disponha de condições para as exercer, nos concelhos onde há maior risco de contágio.

Se a empresa entender que não estão reunidas as condições para a adopção do teletrabalho, terá de comunicar “fundamentadamente e por escrito” a cada um dos trabalhadores os motivos.

Quando discordar dessa avaliação, o trabalhador tem três dias úteis para pedir a intervenção da ACT, a quem cabe verificar se os factos invocados pela empresa têm fundamento e tomar uma decisão no prazo de cinco dias.

Carla Cardoso diz que o principal problema está no prazo de cinco dias, que considera insuficiente para fazer a inspecção, ouvir a entidade empregadora e o trabalhador, sendo que há casos em que a sede das empresas nem sequer é em Portugal. Defende que deveria alargarse o prazo, permitindo continuar a actividade normal da ACT.

A dirigente sindical critica ainda a inexistência de orientações por parte da direcção da autoridade

para “uniformizar os pareceres” e receia que as medidas anunciadas neste fim-de-semana ainda deixem a inspecção mais sobrecarregada.

No sábado, o primeiro-ministro, António Costa, disse que tem vindo a verificar-se “um grande incumprimento” do teletrabalho nos concelhos em que ele é obrigatório.

O chefe do Governo não apresentou dados concretos. “Se olharmos para aqueles dados que a Google vai publicando sobre as deslocações, percebemos que há muito mais pessoas a deslocar-se do que se o teletrabalho estivesse a ser mais respeitado”, afirmou, acrescentando que o Ministério do Trabalho deu indicações para a ACT avançar com acções inspectivas no sector dos serviços, que tem condições para a realização de teletrabalho.

Confrontada com estas declarações do primeiro-ministro, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) admitiu que pode haver empresas que não estão a fazer “um esforço total” para a aplicação do teletrabalho.

“Não temos ideia de casos de incumprimento notório, mas não pomos as mãos no fogo que não haja situações dessas”, afirmou. “Admitimos que possa haver algumas [situações]”, e que haja empresas que “não tenham feito um esforço total” para a aplicação do teletrabalho, acrescentou o presidente da CCP.

Esta entidade patronal, no entanto, não tem dados quantitativos nem sabe se a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) têm ou não detectado muitas situações.



António Costa admitiu haver incumprimento do teletrabalho



Política Votação do novo apoio social foi adiada

PS e PCP mais perto no *layoff* mas continuam a negociar o OE

A votação final global do Orçamento do Estado é na quinta-feira e ainda não há certezas sobre quem o viabiliza. Há pontos importantes por fechar

Marta Moitinho Oliveira
e Líliliana Borges

A três dias da votação final global do Orçamento do Estado (OE) para 2021, o PS deu ontem um novo passo para se aproximar do PCP, na esperança de que, mesmo com congresso à porta, o partido de Jerónimo de Sousa dê a mão ao Governo e viabilize o documento que vai a votação final na quinta-feira. O dia de ontem foi marcado por adiamentos nas votações de várias propostas politicamente relevantes, sinalizando assim que nos bastidores ainda haverá negociações a decorrer.

No segundo dia de votação na especialidade, os socialistas substituíram a sua proposta de alteração sobre apoios ao emprego na retoma por uma proposta que prevê o pagamento de salários a 100% aos trabalhadores abrangidos pelo *layoff* previsto no Código do Trabalho – ou seja, o *layoff* convencional –, com um tecto até três salários mínimos, o que, aos valores de hoje, significa 1905 euros. “No ano de 2021, os trabalhadores abrangidos pelo apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, previsto no Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de Março, e pelo apoio extraordinário à retoma progressiva de actividade em empresas em situação de crise empresarial, previsto no Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de Julho, ou outros que lhes sucedam, e pela redução ou suspensão em situação de crise empresarial, nos termos dos artigos 298.º e seguintes do Código do Trabalho, têm assegurado integralmente a sua retribuição normal líquida até a um valor igual ao triplo da Retribuição Mínima Mensal Garantida”, lê-se na nova proposta.

A líder parlamentar socialista, Ana Catarina Mendes, já tinha registado a aproximação, mas esta ainda

não se tinha traduzido em potencial letra de lei. A proposta de alteração inicial que os socialistas entregaram era, além disso, mais fraca em termos de força jurídica, já que se ficava por uma autorização legislativa para o Governo usar no decurso de 2021.

Salários a 100%

A nova proposta de alteração foi entregue ao final da tarde, mas ao início da noite era notória a intenção de um concretizar uma aproximação neste dossier. Na abertura das votações do dia, o PS pediu que a sua proposta sobre o assunto fosse votada apenashoje, arrastando assim também a votação da proposta dos comunistas que prevê o pagamento a 100% dos salários dos trabalhadores abrangidos pelo regime de *layoff*.

Mas se, por um lado, o PS avançou nos salários, já na legislação laboral não deu passos concretos e ficou a promessa de mexer nas leis laborais depois do Orçamento. O deputado socialista Tiago Barbosa Ribeiro assinalou a disponibilidade do Governo, já revelada pela ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, para alterar as leis laborais e aumentar o salário mínimo nacional, mas disse que “esse não é um debate que deva ser feito em sede orçamental”. “Para continuarmos, temos de ter um OE aprovado, e este Governo tem de continuar em funções”, argumentou o deputado socialista.

As alterações na legislação laboral eram uma das bandeiras do BE para este Orçamento. O primeiro dia de votações exibiu o divórcio entre BE e PS, mas os bloquistas levaram outra vez a votos as suas medidas, que foram todas chumbadas de novo com o PSD a dar a mão ao PS. O BE lamentou que o Governo queira responder a esta crise com as regras que vêm da crise anterior.



JOÃO RELVAS/LUSA



Ao BE, não tinham sido visíveis concessões até à hora de fecho desta edição, para lá da qual prosseguia a maratona de votações. Em aberto estava o desfecho do novo apoio social, uma das medidas que mais confronto público geraram entre BE

Tiago Barbosa Ribeiro sugere que a legislação laboral virá a seguir. Depois de se garantir que este Governo continua em funções

e Governo. Os sinais dados ontem eram de que decorriam negociações à esquerda, que poderiam até envolver os comunistas, visto que foi o PCP que ao início da tarde pediu que a votação deste novo apoio social fosse adiada para o fim do dia. Já pelas 22h, quando o novo apoio ia ser votado, houve novo adiamento.

Promessa para a saúde

À hora de fecho desta edição estava assim por saber quem dará a mão ao Governo para aprovar o Orçamento na quinta-feira. E os pedidos de adiamento das votações continuavam. Os comunistas pediram que passasse para hoje a votação dos investimentos nos centros de saúde, do alargamento dos horários de funcionamento, do reforço de camas de cuidados intensivos e da contratação de médicos e enfermeiros.

De manhã, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais deixou garantias de que a aposta na saúde saíria



NUNO FERREIRA SANTOS



Iremos acompanhar algumas das medidas que podem tornar ainda melhor a resposta, tanto ao nível dos cuidados de saúde primários como ao nível de equipamentos hospitalares

António Mendonça Mendes
Secretário de Estado dos
Assuntos Fiscais

reforçada com o debate na especialidade. “Iremos acompanhar algumas das medidas que podem tornar ainda melhor a resposta, tanto ao nível dos cuidados de saúde primários como ao nível de equipamentos hospitalares ou equipamentos”, avançou António Mendonça Mendes sem detalhar.

Apesar do compasso de espera, resultaram já reforços para o SNS. Os votos contra do PS não foram suficientes para travar a coligação negativa que aprovou a proposta do PEV que prevê a contratação de 50 médicos, 600 enfermeiros e 200 assistentes operacionais, por tempo indeterminado.

Estas contratações juntam-se aos 4200 que o Governo já previa e que agora calendarizou – metade em cada semestre. À semelhança da proposta comunista adiada para hoje, a do PEV prevê ainda a criação de 400 novas camas de cuidados intensivos.